

Panorama Cultural RJ

Um diagnóstico cultural dos municípios
e regiões do estado do Rio de Janeiro



EXPEDIENTE



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNADOR: *CLAUDIO BOMFIM DE CASTRO E SILVA*
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
SECRETÁRIO: *NICOLA MOREIRA MACCIONE*

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E
FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO - CEPERJ
PRESIDENTE: *IZABEL MARIA BRITO TOLEDO*
VICE-PRESIDÊNCIA: *DIOGENES MARCELO FERREIRA MIRANDA*

CENTRO DE ESTATÍSTICAS, ESTUDOS
E PESQUISAS - CEEP
DIRETORA: *NATHÁLIA EMYGDIS DE ANDRADE*

COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOCIAIS - COOPOS
COORDENADOR: *PEDRO AMARAL SERRA*

EQUIPE TÉCNICA

FERNANDA DE F. VIANA NOQUEIRA
GABRIEL VALE NAPOLEÃO
SAMARA S. O. MARQUES MARTINS

**CENTRO DE
ESTATÍSTICAS,
ESTUDOS E
PESQUISAS**

Projeto Gráfico, Diagramação e Design
ANTONIO JORGE DE MATOS

SU MÁ RIO



INTRODUÇÃO 4

1. Panorama geral do setor cultural no

Estado do Rio de Janeiro 6

1.1 Caracterização do órgão gestor	7
1.2 Plano Municipal de Cultura – existência	7
1.3 Patrimônio cultural	8
1.4 Conselhos e fundo municipal de cultura	9
1.5 Apoio, reforma ou modernização	11
1.6 Meios de comunicação	14
1.7 Equipamentos Culturais	15
1.8 Orçamento	16
1.9 Lei Aldir Blanc	17

2. Perfil do mercado de trabalho do setor cultural

no Estado do Rio de Janeiro 19

2.1 Ocupação no setor cultural, por grupo de idade	20
2.2 Ocupação no setor cultural, por nível de instrução	20
2.3 Ocupação no setor cultural, por tipo de ocupação	21
2.4 Ocupação no setor cultural, por cor ou raça	22
2.5 Ocupação no setor cultural por sexo	23
2.6 Rendimento médio das pessoas ocupadas no setor cultural por sexo e por cor ou raça	24

ANEXOS 27

a. Plano Municipal de Cultura	28
b. Legislação Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural - Existência	37
c. Conselhos e Fundo Municipal – Existência	44
d. Apoio, Reforma ou Modernização	51
e. Equipamentos	58
f. Orçamento	65
g. Lei Aldir Blanc	70



Introdução

A materialidade da vida social se dá a partir da constituição de nossos direitos. Os direitos instituídos como Direitos Humanos pautam importantes conquistas, sendo fundamentais para a garantia de uma vida digna que possa contemplar as mais diversas demandas e necessidades. Desse modo, os Direitos Humanos visam sobre as necessidades sociais, e, por isso, também revelam fatos históricos, estando intrinsecamente ligados aos modos de vida dessa sociedade, isto é, de sua cultura.

É inegável, portanto, que a cultura se configura como uma incontornável referência simbólica quando pensamos nos direitos sociais concernentes à vida. É por uma necessidade social emancipatória que a cultura se apresenta como Direito Humano que deve ser garantido.

No Brasil, todavia, a cultura é circunscrita enquanto direito inalienável e legítimo. A cultura, como uma dimensão integrante da sociedade, torna-se por isso um dever estatal, inevitavelmente atrelado à promoção de políticas públicas que visem à acessibilidade e preservação da mesma para todos os cidadãos brasileiros.

Em âmbito estadual, o Estado do Rio de Janeiro tem somado esforços importantes para a promoção de políticas públicas que visam a necessidade da cultura para sua população. Nesse sentido, tornou-se essencial também o acompanhamento dos equipamentos culturais, para que fossem monitorados e planejados, objetivando, assim, a mitigação de desigualdades para seu alcance pela integralidade da população.

Dessa forma, o presente relatório tem como objetivo apresentar um diagnóstico situacional da área cultural nos municípios e regiões do Estado do Rio de Janeiro, com base nos dados obtidos através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC e do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, ambos do IBGE. Esta pesquisa fornece informações essenciais para a caracterização do setor cultural, permitindo uma análise abrangente das condições e estruturas culturais presentes em cada município e região.

Neste contexto, visa-se promover o desenvolvimento e a integração cultural em todo o estado, identificando as vocações e as necessidades específicas dos municípios e regiões. Para alcançar este objetivo, é fundamental compreender a distribuição e a situação dos equipamentos culturais, bem como a presença ou ausência de políticas culturais locais que possam influenciar diretamente no planejamento e implementação de ações efetivas.

Inicialmente, será apresentado um panorama geral da área cultural nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, destacando a diversidade e as peculiaridades regionais. Em seguida, o relatório abordará detalhadamente os dados por município e região de governo, com ênfase nos equipamentos culturais existentes, analisando as vocações e as carências de cada localidade.

Para a elaboração deste relatório, foram construídas tabelas e gráficos baseados nos dados de 2021, provenientes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC e do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, ambos do IBGE. O relatório apresenta uma série de gráficos e tabelas e seus respectivos destaques que permitem uma compreensão das condições culturais em cada localidade. O objetivo dessa abordagem é fornecer uma base sólida para a construção do diagnóstico situacional, identificando as oportunidades e desafios para o desenvolvimento cultural nos diversos municípios e regiões do Estado do Rio de Janeiro.

O relatório foi organizado em duas partes principais, cada uma delas dedicada a um aspecto fundamental para o entendimento e diagnóstico da situação cultural nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. O conteúdo referente à análise regionalizada das condições culturais será apresentado em um documento à parte, disponibilizado como anexo. Esse documento trará uma série de tabelas organizadas por região de governo, permitindo uma visão mais específica das condições culturais em cada área do Estado do Rio de Janeiro. Essa abordagem regionalizada visa fornecer subsídios detalhados para a formulação de políticas culturais mais eficazes e direcionadas às necessidades locais.

Na primeira parte, o relatório oferece um panorama geral do setor cultural no Estado do Rio de Janeiro. Nesta seção, são apresentados gráficos que abordam diversos aspectos relacionados à gestão e ao desenvolvimento cultural. São analisados temas como a caracterização do órgão gestor responsável pela cultura, a existência de Planos Municipais de Cultura, a proteção ao patrimônio cultural, e a atuação dos conselhos e fundos municipais de cultura. Além disso, são apontados os esforços de apoio, reforma ou modernização de equipamentos culturais, os meios de comunicação utilizados na promoção da cultura, e a disponibilidade de orçamento dedicado ao setor. Por fim, são destacados os impactos e a distribuição de recursos provenientes da Lei Aldir Blanc, voltada para o fomento cultural durante a pandemia de COVID-19.

Na segunda parte, o relatório foca no perfil do mercado de trabalho do setor cultural. Utilizando os dados da PNAD Contínua, presentes no Sistema de Informações e Indicadores Culturais, são apresentados gráficos que revelam as características da ocupação no setor cultural, desagregadas por diversos fatores demográficos e socioeconômicos. Entre os pontos abordados estão a distribuição da ocupação por grupo de idade, nível de instrução, tipo de ocupação, cor ou raça, e sexo. Também é analisado o rendimento médio das pessoas ocupadas no setor cultural, comparando os resultados por sexo e por cor ou raça, oferecendo uma visão detalhada das desigualdades presentes no mercado de trabalho cultural.

Com isso, conclui-se que no monitoramento dos equipamentos e dos perfis que o acessam, temos um importante panorama de enfrentamento para construção e continuação das políticas públicas que visam assegurar a cultura como Direito Humano essencial no Estado do Rio de Janeiro. Promovendo, dessa forma, a universalização das práticas culturais em todo território fluminense.

A young man with short dark hair, wearing a dark grey t-shirt, is shown from the back and side, playing a white electric guitar. The guitar has two humbucker pickups, three knobs, and a tremolo bar. The background is solid black.

1a

PARTE

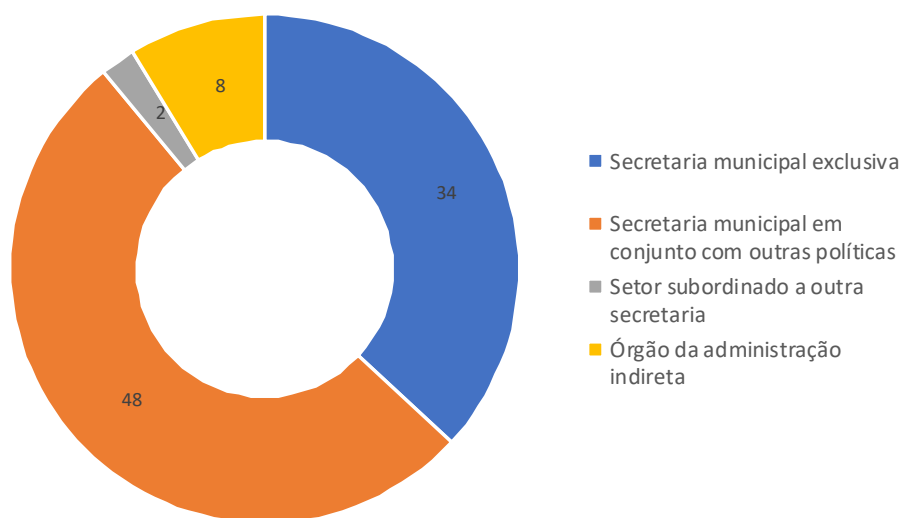
**Panorama geral
do setor cultural
no Estado do Rio
de Janeiro**



1.1 Caracterização do órgão gestor

No Estado do Rio de Janeiro, a administração da política cultural varia amplamente entre os municípios. Em 2021, apenas 34 dos 92 municípios possuíam uma secretaria municipal exclusivamente dedicada à cultura, conforme dados da MUNIC apresentados no Gráfico 1. A maior parte, 48 municípios, tinha a política cultural administrada por uma secretaria que também gerenciava outras áreas. Em 8 municípios, a cultura era gerida por órgãos da administração indireta, como fundações e autarquias, enquanto em 2 municípios, a cultura estava subordinada a outra secretaria. Esse panorama revela diferentes abordagens e níveis de priorização da cultura dentro do estado.

Gráfico 1 - Quantidade de Municípios por caracterização do órgão gestor na área da cultura - Estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021

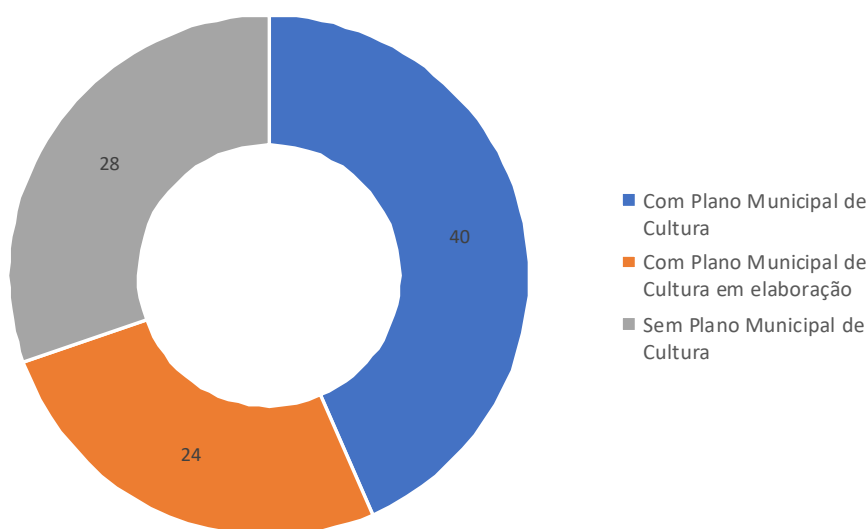
1.2 Plano Municipal de Cultura – existência

O Plano Municipal de Cultura é um importante componente do planejamento de longo prazo dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. O plano não apenas identifica as potencialidades culturais locais, mas também estabelece diretrizes para a preservação do patrimônio, a valorização de artistas e a fomento de iniciativas que integrem as diferentes linguagens artísticas. Com um enfoque inclusivo, o plano busca democratizar o acesso à cultura, estimulando a participação da sociedade civil e promovendo a formação de redes colaborativas que enriqueçam o cenário cultural dos municípios. Através de ações integradas, ele se propõe a transformar a cultura em um motor de desenvolvimento social e econômico, refletindo a identidade e demandas da população.



O Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, estabelecido pela Lei nº 7.035 de 2015, não definiu regras formais para a integração dos municípios, mas sugeriu a criação de conselhos municipais, planos municipais e fundos municipais. Em 2021, conforme o Gráfico 2, apenas 40 dos 92 municípios do estado possuíam um Plano Municipal de Cultura, e 24 estavam em fase de elaboração. No entanto, os 28 municípios restantes sem um plano podem ver mudanças no cenário com a atualização das diretrizes de um sistema nacional ou estadual da cultura, que tem como potencial condicionar o financiamento à formulação de um plano.

Gráfico 2 - Quantidade de municípios por situação do Plano Municipal de Cultura - Estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021

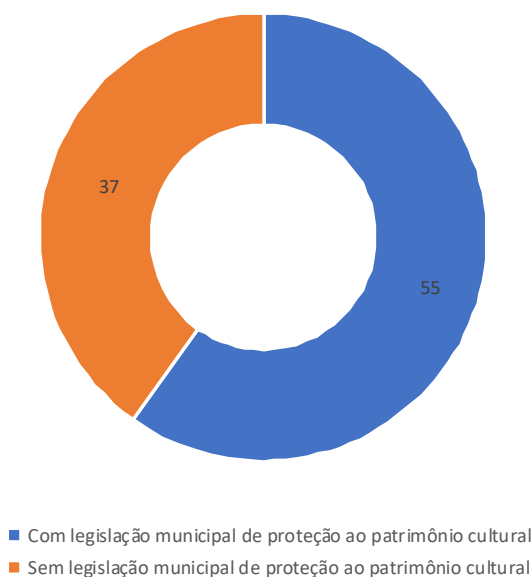
1.3 Patrimônio cultural

O patrimônio cultural se constitui como um conjunto de tradições e expressões que refletem a identidade e a história de um povo. Compreende não apenas monumentos e sítios históricos, mas também práticas, festas, saberes e modos de vida que expressam a riqueza da diversidade cultural. Este patrimônio, material e imaterial, é essencial para a construção da memória coletiva, servindo como um elo entre o passado e o presente. Ao proteger e valorizar essas heranças, garantimos não apenas a preservação de narrativas únicas, mas também o fortalecimento da coesão social e da valorização da identidade cultural. O reconhecimento e a promoção do patrimônio cultural são, portanto, fundamentais para a sustentabilidade das culturas locais.

Em relação ao Patrimônio Cultural, os dados da MUNIC de 2021 mostram que, conforme o Gráfico 3, a maioria dos municípios do estado do Rio de Janeiro (59,78%) possui leis de proteção municipal. No entanto, 40,22% ainda não têm tais leis, indicando uma lacuna significativa na proteção do patrimônio cultural. Entretanto, o Gráfico 2, revela que 69,57% dos municípios têm um plano de cultura ou estavam elaborando um, apontando para uma vulnerabilidade considerável na proteção do patrimônio e demandando um esforço mais amplo do poder público para auxiliar os 37 municípios sem legislação e também oferecer suporte aos 55 municípios que, apesar de terem alguma legislação, podem ter leis inadequadas ou insuficientes.



Gráfico 3 - Quantidade de Municípios que possuem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural - Estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021

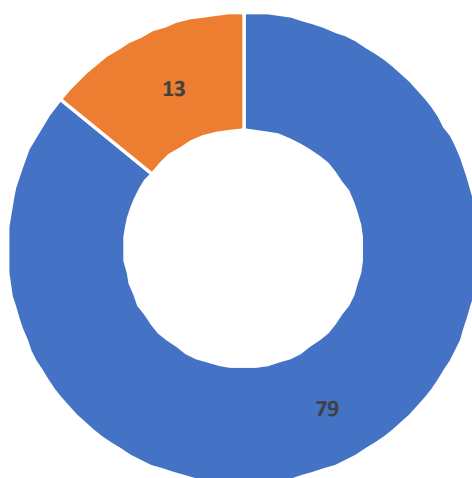
1.4 Conselhos e fundo municipal de cultura

Os conselhos e fundos municipais de cultura são estruturas fundamentais para a gestão e promoção das políticas culturais em âmbito local, atuando como instrumentos de participação e fomento à diversidade cultural, importantes também para a integração à nível estadual da cultura. Os conselhos, compostos por representantes da sociedade civil e do poder público, têm a missão de formular, acompanhar e avaliar as políticas culturais, garantindo que a voz da comunidade seja ouvida e considerada nas decisões. Já os fundos municipais de cultura destinam recursos financeiros para apoiar projetos e iniciativas que promovam a criação, a difusão e a valorização da cultura local. Juntos, esses mecanismos fomentam um ambiente propício à inovação e à experimentação artística, fortalecendo a identidade cultural do município e estimulando a inclusão social por meio da cultura. A atuação integrada desses dois elementos é essencial para a construção de um cenário cultural.

O Conselho Municipal de Cultura é um instrumento crucial para a formulação e execução de políticas culturais, oferecendo um espaço democrático para a participação dos usuários na construção dessas políticas. Segundo os dados da MUNIC de 2021, a grande maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro já havia estabelecido seus conselhos de cultura, destacando-se apenas 13 municípios que ainda não tinham criado esses conselhos. Esse cenário sugere uma necessidade de atenção para garantir que todos os municípios tenham esse importante mecanismo de participação democrática em vigor.



Gráfico 4 - Quantidade de Municípios que possuem Conselho Municipal de Cultura - Estado Rio de Janeiro

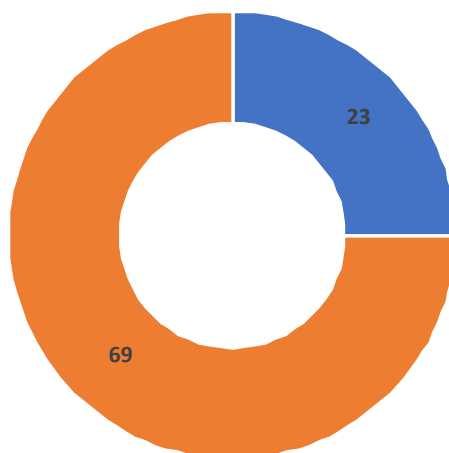


■ Com Conselho Municipal de Cultura ■ Sem Conselho Municipal de Cultura

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021

Os Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio são essenciais para a formulação, implementação e avaliação das políticas de preservação cultural. Embora o Gráfico 3 mostre que 55 municípios possuem legislação de proteção ao patrimônio cultural, o Gráfico 5 revela que 69 municípios não têm um conselho específico para discutir a preservação, o que pode tornar a legislação existente ineficaz e expor uma vulnerabilidade significativa. Dessa forma, o governo pode auxiliar a criação desses conselhos dos 69 municípios carentes, enquanto também estuda os 23 municípios que já têm conselhos para entender suas práticas bem-sucedidas e replicá-las, garantindo uma abordagem mais eficaz na preservação cultural.

Gráfico 5 - Quantidade de Municípios que possuem Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio - Estado Rio de Janeiro



■ Com Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio

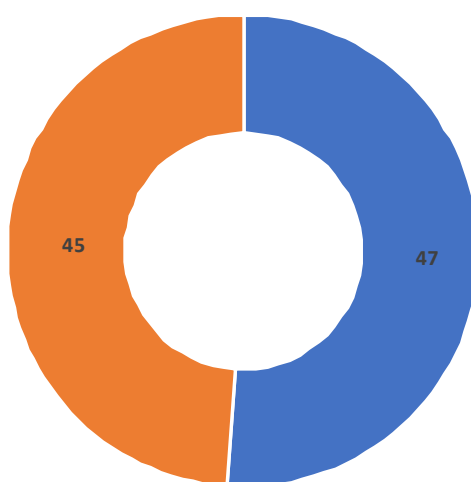
■ Sem Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021



Os municípios, com base na autonomia garantida pela Constituição Federal de 1988, têm a liberdade de criar fundos específicos para a cultura, o que demonstra um compromisso concreto com as políticas culturais, que demandam recursos e previsibilidade. Dados da MUNIC de 2021 indicam que 47 municípios do estado já haviam estabelecido seus fundos culturais. Contudo, o contexto atual exige atenção, pois muitos desses fundos dependem de incentivos fiscais, como a Lei Rouanet, que pode ser afetada por uma possível reforma fiscal capaz de reduzir incentivos, alterar alíquotas e impor novas regras ao setor cultural. Portanto, o governo pode desempenhar um papel crucial, auxiliando os municípios na implementação e manutenção dos fundos culturais e na adaptação às mudanças legislativas que possam impactar a área cultural.

Gráfico 6 - Quantidade de Municípios que possuem Fundo Municipal de Cultura ou similar - Estado Rio de Janeiro



■ Com Fundo Municipal de Cultura ou similar ■ Sem Fundo Municipal de Cultura ou similar

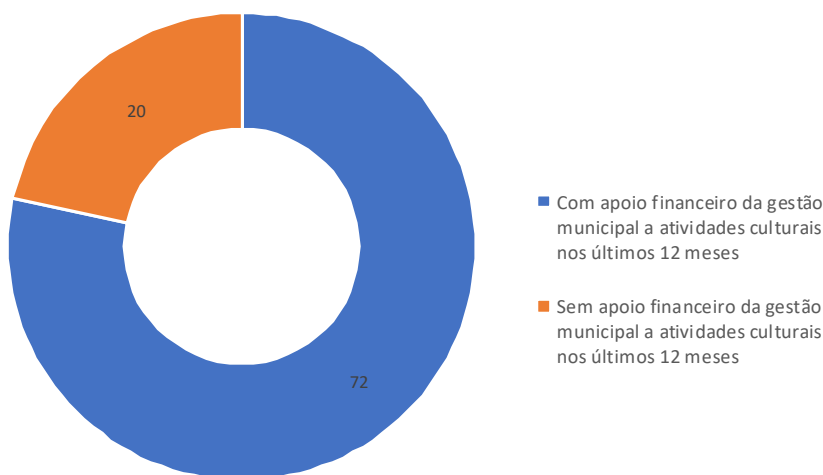
Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021

1.5 Apoio, reforma ou modernização

O Gráfico 7, adiante, revela que, apesar da ausência de recursos vinculados a um fundo específico para a cultura nos municípios do Estado em 2021, isso não impediu que alguns recursos fossem destinados a atividades culturais de outras formas. Segundo o gráfico abaixo, 72 municípios receberam apoio financeiro para atividades culturais da gestão municipal nos últimos 12 meses. No entanto, 20 municípios não receberam esse apoio, destacando um ponto crítico que requer atenção. É essencial abordar essa disparidade para garantir que todos os municípios tenham acesso adequado a recursos culturais.



Gráfico 7 - Quantidade de Municípios que possuem apoio financeiro da gestão municipal a atividades culturais nos últimos 12 meses



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021

Analisando as atividades que receberam recursos nos 12 meses anteriores à pesquisa da MUNIC de 2021, observamos que 52 municípios investiram em apresentações, oficinas, festivais ou *lives* musicais *on-line*. A maior parte do investimento concentrou-se em concursos e prêmios, apresentações musicais e eventos, evidenciando um foco significativo nessas áreas. Em contraste, programas de TV, programas de rádio e desfiles de carnaval receberam apoio em apenas 1, 3 e 8 municípios, respectivamente. Isso revela lacunas notáveis no investimento entre as diferentes atividades culturais, indicando a necessidade de entender essas disparidades e auxiliar os municípios a ajustar seus investimentos de acordo com suas especificidades e contextos locais.

Gráfico 8 - Atividades que receberam apoio financeiro

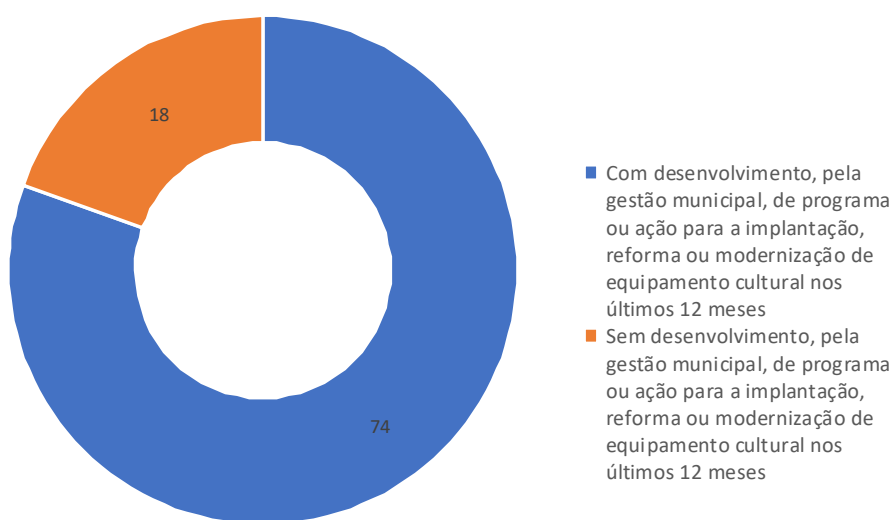


Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021



Os resultados do Gráfico 9, que detalham o investimento em programas ou ações para a implementação, reforma ou modernização de equipamentos culturais nos últimos 12 meses, revelam que 74 municípios fizeram investimentos na área cultural, enquanto 18 municípios não receberam apoio, o que pode ser atribuído a barreiras financeiras ou administrativas. Esse cenário sugere que, embora muitos municípios estejam investindo na modernização de equipamentos culturais, ainda há desafios significativos para garantir que todos os municípios recebam o suporte necessário para desenvolver e aprimorar suas infraestruturas culturais.

Gráfico 9 - Quantidade de Municípios que possuem desenvolvimento, pela gestão municipal, de programa ou ação para a implantação, reforma ou modernização de equipamento cultural nos últimos 12 meses

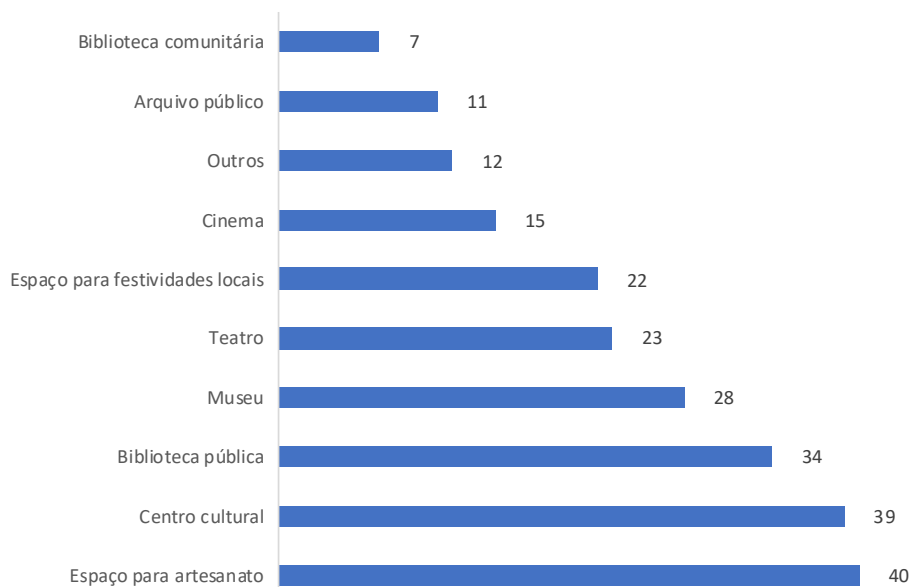


Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021

O Gráfico 10 detalha o foco das intervenções culturais, mostrando que, embora tenha havido uma variedade de investimentos em teatros, museus e bibliotecas públicas, mais da metade dos municípios que realizaram intervenções concentrou-se em espaços para artesanato e centros culturais, com 40 e 39 municípios, respectivamente. Em contraste, apenas 7 municípios investiram em bibliotecas comunitárias. O governo pode desempenhar um papel importante ao identificar as lacunas que limitam a intervenção em diversas áreas e desenvolver soluções adaptadas às realidades e necessidades específicas de cada município, auxiliando as prefeituras na implementação de estratégias culturais mais abrangentes e eficazes.



Gráfico 10 - Modalidades de equipamentos implantados, reformados ou modernizados

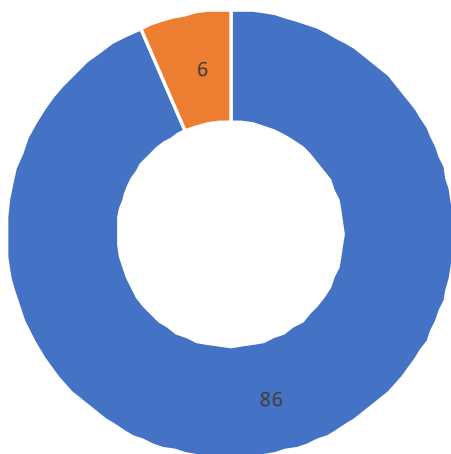


Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021

1.6 Meios de comunicação

A presença de veículos de comunicação locais está bem consolidada no Estado do Rio de Janeiro, com 86 dos 92 municípios dispondo desses meios, conforme os dados do Gráfico 11 da MUNIC de 2021. Isso sugere que o governo pode concentrar esforços em apoiar os 6 municípios que ainda não possuem veículos de comunicação locais, ajudando a preencher essa lacuna e a fortalecer a comunicação cultural em toda a região.

Gráfico 11 - Quantidade de Municípios que possuem veículos de comunicação locais



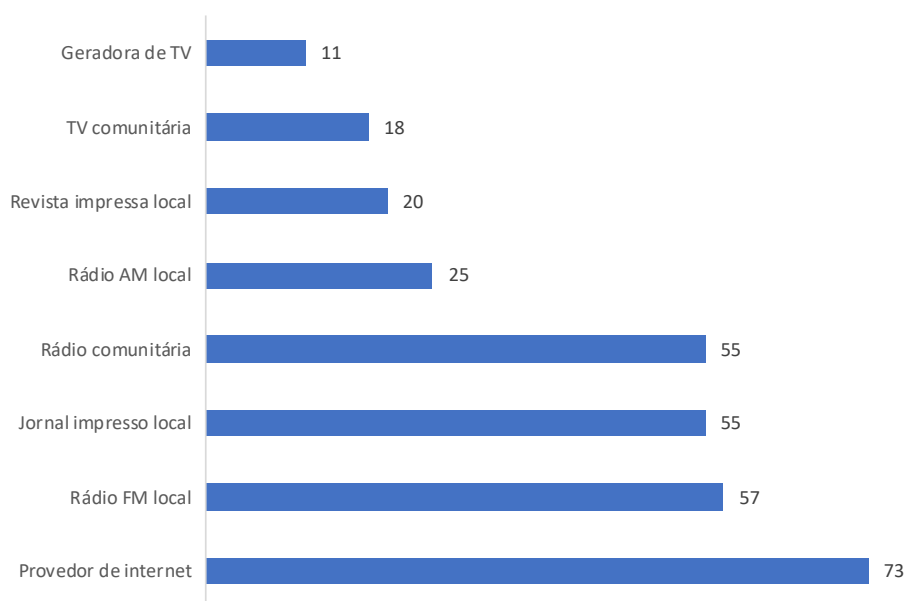
■ Com a existência de veículos de comunicação locais
■ Sem a existência de veículos de comunicação locais

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021



Entre os municípios que possuem veículos de comunicação, 73 informaram ter provedores de internet, essencial para comunicação, transações bancárias e promoção cultural. No entanto, há um alerta para os 9 municípios que declararam não ter provedores de internet. Além da internet, os veículos mais comuns são a rádio FM e o jornal impresso local, enquanto as geradoras de TV e as TVs comunitárias são menos frequentes. Essas lacunas indicam pontos críticos onde o governo pode intervir, analisando as razões por trás dessas deficiências e desenvolvendo soluções adequadas com a tecnologia e os recursos disponíveis, especialmente no que diz respeito ao fornecimento de internet.

Gráfico 12 - Veículos de comunicação locais existentes



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021

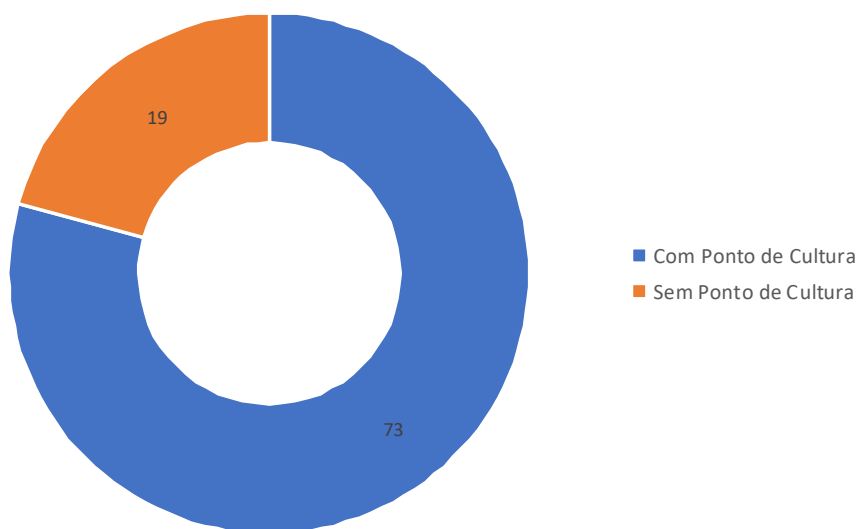
1.7 Equipamentos Culturais

Os Pontos de Cultura são espaços de expressão e criação que surgiram como uma estratégia de valorização da diversidade cultural no Brasil, promovendo a arte e a cultura local em comunidades de diferentes regiões. Criados pelo Ministério da Cultura, estes pontos funcionam como núcleos de resistência e inovação, onde a sociedade se reúne para desenvolver atividades educativas, oficinas e eventos que refletem a identidade cultural da população. Além de fomentar a produção artística, os Pontos de Cultura buscam fortalecer o protagonismo social, contribuindo para a inclusão e a construção de um ambiente mais democrático e plural.

Os pontos de cultura são fundamentais para fortalecer a cultura local e democratizar o acesso à arte. No entanto, o Gráfico 13 indica que 19 municípios do Estado ainda não possuem esses equipamentos. Isso apresenta uma oportunidade significativa para o governo, que pode atuar na criação e fortalecimento dos Pontos de Cultura nesses municípios. A atuação do projeto pode ajudar a ampliar o acesso a atividades culturais, valorizar as expressões locais e realizar um mapeamento das práticas bem-sucedidas em municípios que já implementaram esses pontos, promovendo um desenvolvimento cultural mais inclusivo e eficaz.



Gráfico 13 - Quantidade de Municípios que possuem Ponto de Cultura - Estado do Rio de Janeiro

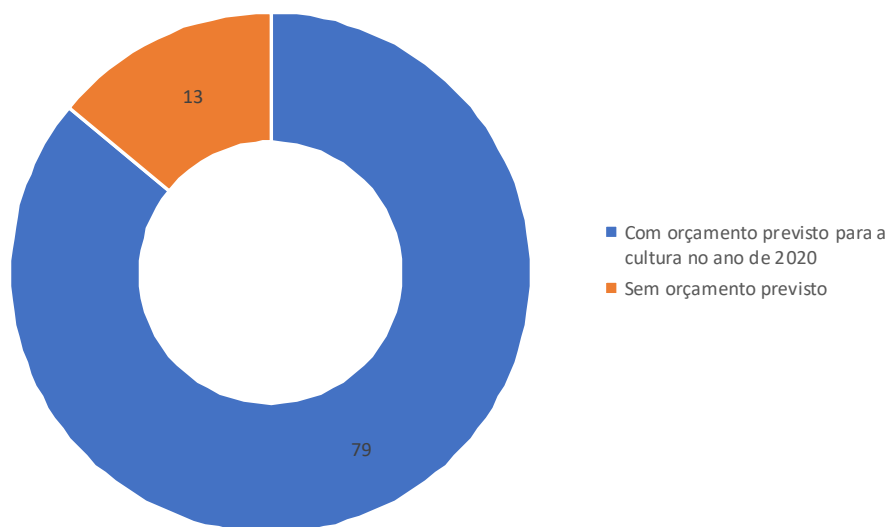


Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021

1.8 Orçamento

Em 2020, 79 municípios tinham um orçamento previsto para a cultura, conforme o Gráfico 14, embora apenas 55 desses municípios possuíam recursos vinculados a um fundo específico para cultura, como mostrado no Gráfico 6. O governo pode desempenhar um papel crucial ao apoiar e incentivar os 13 municípios que não tinham previsão orçamentária para cultura em 2020, além de garantir um planejamento eficiente da destinação dos recursos culturais aos municípios que tinham essa previsão, promovendo a eficiência, eficácia e transparência na aplicação dos recursos.

Gráfico 14 - Quantidade de Municípios que possuíam orçamento previsto para a cultura no ano de 2020

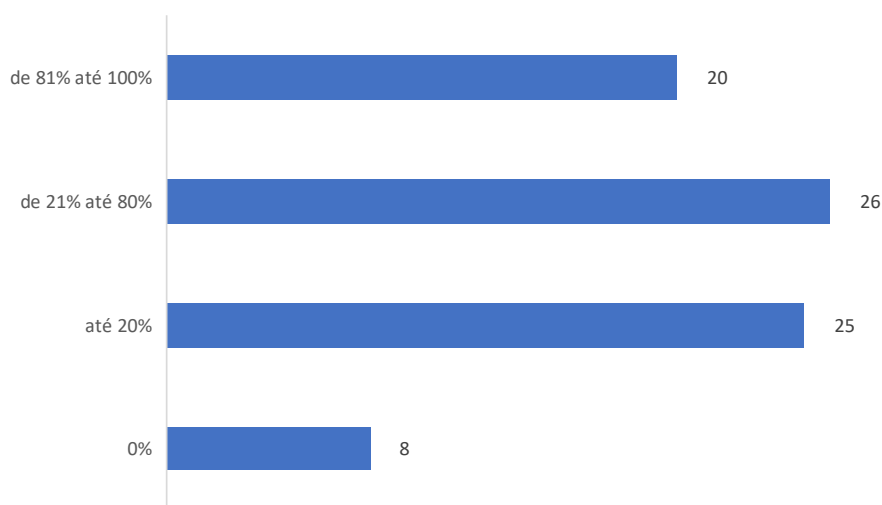


Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021



Entre os municípios que previram orçamento para a cultura, apenas 20 executaram entre 81% e 100% dos recursos, 51 municípios executaram até 80% e 8 não executaram nada, conforme o Gráfico 15. Essa situação revela problemas críticos na gestão do orçamento público, especialmente na fase de execução, e destaca um campo prioritário para o governo. O poder público pode criar mecanismos para auxiliar a efetiva alocação dos recursos previstos, ajudando os municípios a superar os desafios e otimizar o uso dos recursos destinados à cultura.

Gráfico 15 - Quantidade de municípios que tiveram o percentual do orçamento previsto para a cultura executado



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021

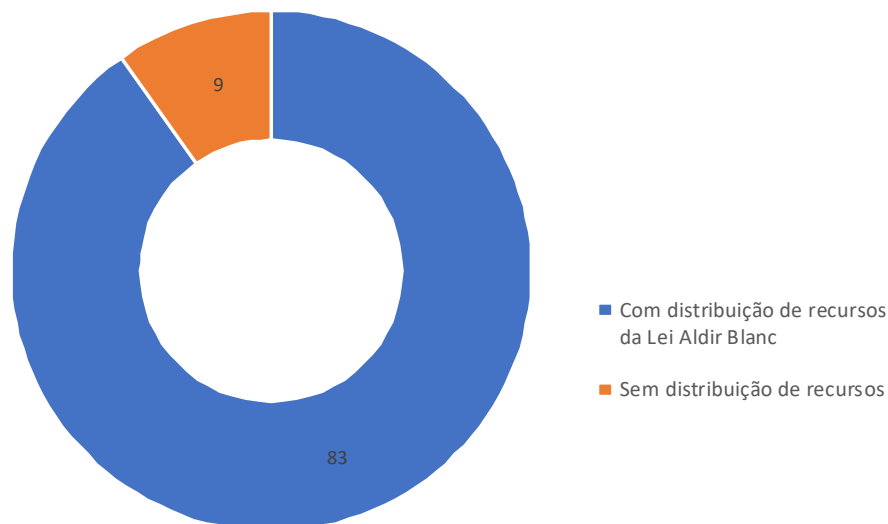
1.9 Lei Aldir Blanc

A Lei Aldir Blanc, promulgada em 2020, integra a legislação brasileira e objetivou apoiar o setor cultural durante a pandemia de COVID-19, visando mitigar os danos causados pelo fenômeno da pandemia, que fragilizou os setores de produção artísticas. A medida inclui a criação de editais e o incentivo a projetos culturais, além de garantir a transferência de recursos diretos para estados e municípios, com o objetivo de fomentar a produção artística e cultural em diversas áreas, promovendo a preservação da diversidade cultural brasileira em um momento de grande vulnerabilidade.

Em 2020, 83 municípios do Estado do Rio de Janeiro distribuíram os recursos da Lei Aldir Blanc, fornecendo um suporte essencial para o setor cultural durante a pandemia de COVID-19. Apesar do cenário positivo geral, 9 municípios não conseguiram distribuir os recursos, mesmo sendo uma verba federal que, em teoria, não deveria impor grandes dificuldades à administração local. O governo estadual pode investigar essas situações para identificar as barreiras enfrentadas e avaliar a eficácia da política onde foi aplicada, gerando dados cruciais para aprimorar a implementação de políticas culturais no futuro.



Gráfico 16 - Quantidade de Municípios que possuem distribuição de recursos da Lei Aldir Blanc - Estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021



2a

PARTE

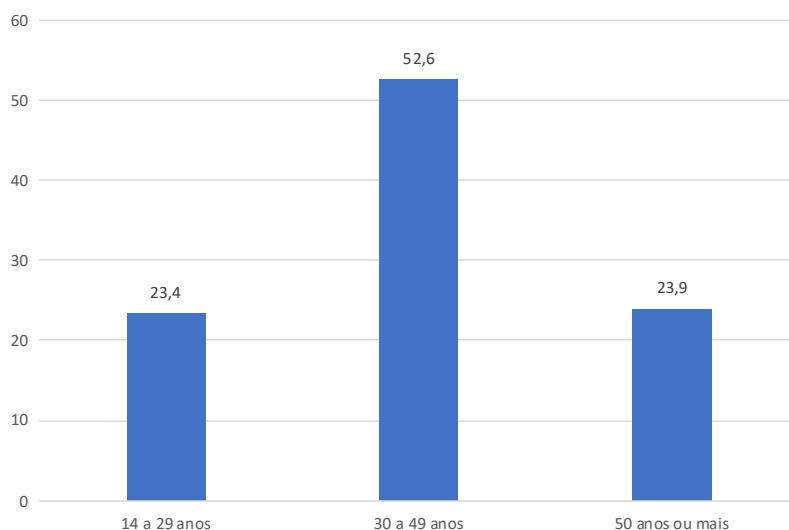
**Perfil do mercado
de trabalho do
setor cultural no
Estado do Rio de
Janeiro**



2.1 Ocupação no setor cultural, por grupo de idade

De acordo com a PNAD Contínua de 2021, o Gráfico 17 revela que a maioria das pessoas ocupadas no setor cultural no Estado tem entre 30 e 49 anos, representando 52,6%. Os demais grupos, a partir dos 14 anos, correspondem a 47,3%, ocupando uma porção significativa, mas não predominante. O governo pode promover maior inclusão de jovens no setor e valorizar profissionais com 50 anos ou mais, considerando as necessidades específicas de cada faixa etária e desenvolvendo soluções que atendam às particularidades de cada grupo.

Gráfico 17 - Distribuição percentual das pessoas ocupadas no setor cultural (%), por grupo de idade - Estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021, consolidado de quintas entrevistas.

2.2 Ocupação no setor cultural, por nível de instrução

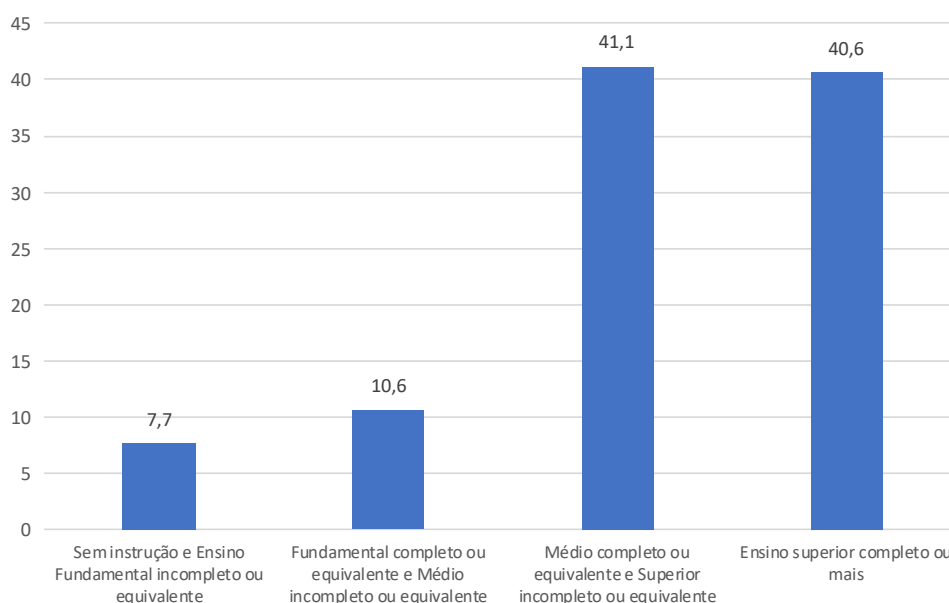
No cenário contemporâneo do setor cultural, a educação emerge como um fator crucial para a inserção e valorização profissional. Os dados coletados revelam que a maior parte dos trabalhadores deste segmento possui escolaridade entre o ensino médio completo e o superior incompleto, enquanto uma proporção significativa detém ensino superior completo. Essa realidade levanta questões fundamentais sobre a acessibilidade à formação e à capacitação no setor cultural, onde o ensino médio se configura não apenas como uma abertura para oportunidades, mas também como um limite para o avanço profissional quando não existe a capacitação continuada.

Dessa forma, tem-se que a maior parte dos trabalhadores no setor cultural tem escolaridade entre o ensino médio completo e o superior incompleto. Isso destaca o ensino médio como um ponto de referência para quem trabalha no setor na garantia da ocupação, embora o ensino superior também tenha relevância. O poder público tem um papel importante ao oferecer programas de capacitação e formação contínua



para os menos escolarizados, facilitando sua entrada no setor, enquanto promove a valorização de todas as categorias profissionais já estabelecidas.

Gráfico 18 - Distribuição percentual das pessoas ocupadas no setor cultural (%), por nível de instrução - Estado do Rio de Janeiro



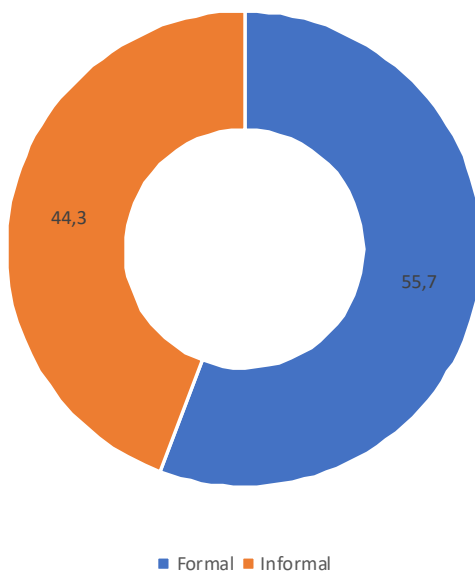
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021, consolidado de quintas entrevistas.

2.3 Ocupação no setor cultural, por tipo de ocupação

De acordo com os dados da PNAD Contínua, representados no Gráfico 19, embora os trabalhadores informais não sejam a maioria no setor cultural, eles ainda constituem uma parcela significativa, representando 44,3%. Esse dado pode refletir a flexibilidade inerente ao setor, que, por sua vez, pode estar ligada a condições de trabalho precárias. Portanto, é necessário promover a formalização no setor cultural. O poder público pode atuar tanto no incentivo quanto na conscientização dos trabalhadores sobre os benefícios do emprego formal. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que essa modalidade não se aplica a todos, e os trabalhadores informais também devem ter acesso a programas de apoio e segurança, reduzindo os riscos a que estão expostos.



Gráfico 19 - Distribuição percentual das pessoas ocupadas no setor cultural (%), por tipo de ocupação - Estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021, consolidado de quintas entrevistas.

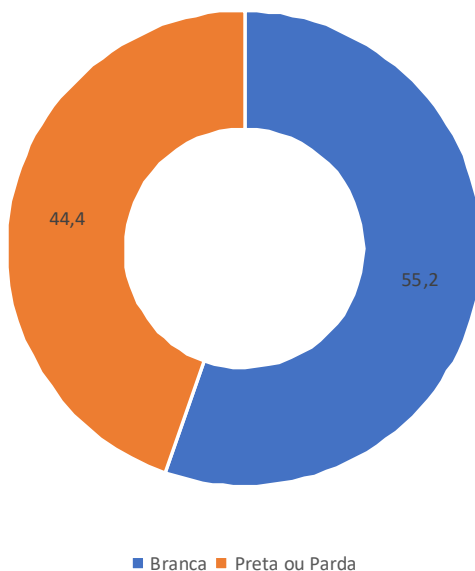
2.4 Ocupação no setor cultural, por cor ou raça

A desigualdade racial no Brasil, particularmente no Estado do Rio de Janeiro, é uma realidade alarmante que se reflete em diversos setores, incluindo o cultural. Essa discrepância não é apenas um número, mas uma manifestação do racismo estrutural que permeia a sociedade, criando barreiras de acesso e oportunidades para os grupos racializados. Na dimensão racial, 55,2% dos trabalhadores do setor cultural são brancos, como mostra o Gráfico 20, enquanto pretos e pardos correspondem a 44,4%, evidenciando uma desigualdade de acesso.

Diante do caráter sistêmico do racismo, que exige um compromisso amplo da sociedade, o governo pode atuar promovendo políticas culturais inclusivas, voltadas para aumentar a representatividade dos grupos menos presentes no setor, além de incentivar sua participação na produção cultural e valorizar aqueles que já ocupam esse espaço. Essa iniciativa também visa valorizar aqueles que já estão nesse espaço, promovendo uma cultura mais equitativa e rica em diversidade.



Gráfico 20 - Distribuição percentual das pessoas ocupadas no setor cultural (%), por cor ou raça - Estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021, consolidado de quintas entrevistas.

2.5 Ocupação no setor cultural por sexo

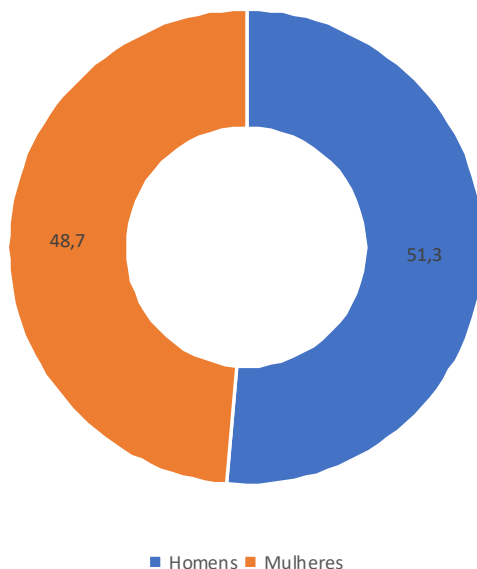
A dinâmica de gênero no setor cultural do Estado do Rio de Janeiro insere-se em um contexto mais amplo de desigualdade que permeia o mercado de trabalho. Embora a presença de homens e mulheres nesse setor seja quase equilibrada, essa aparente paridade oculta desafios significativos que as mulheres enfrentam, como a sub-representação em cargos de liderança e as disparidades salariais. Em muitos casos, as profissionais ainda lidam com barreiras que limitam seu avanço e reconhecimento, refletindo as desigualdades de gênero historicamente enraizadas.

De acordo com o Gráfico 21, com base nos dados da PNAD Contínua de 2021, os homens predominam no setor cultural com 51,3%, mas a diferença em relação às mulheres é de apenas 2,6%, o que não representa uma disparidade tão expressiva. Isso levanta a necessidade de entender melhor as dimensões envolvidas, como quem são essas mulheres e homens que disputam espaço em condições de quase igualdade, as posições que ocupam no setor e as condições de trabalho.

Diante disso, o poder público pode concentrar-se em investigar essas variáveis e desenvolver estratégias para mitigar as desigualdades ainda presentes, se tornando essencial para investigar essas questões e desenvolver estratégias que não apenas promovam a inclusão, mas também assegurem condições equitativas de trabalho, valorizando a contribuição das mulheres na produção cultural e buscando corrigir as desigualdades persistentes no setor.



Gráfico 21 - Distribuição percentual das pessoas ocupadas no setor cultural (%) por sexo - Estado do Rio de Janeiro



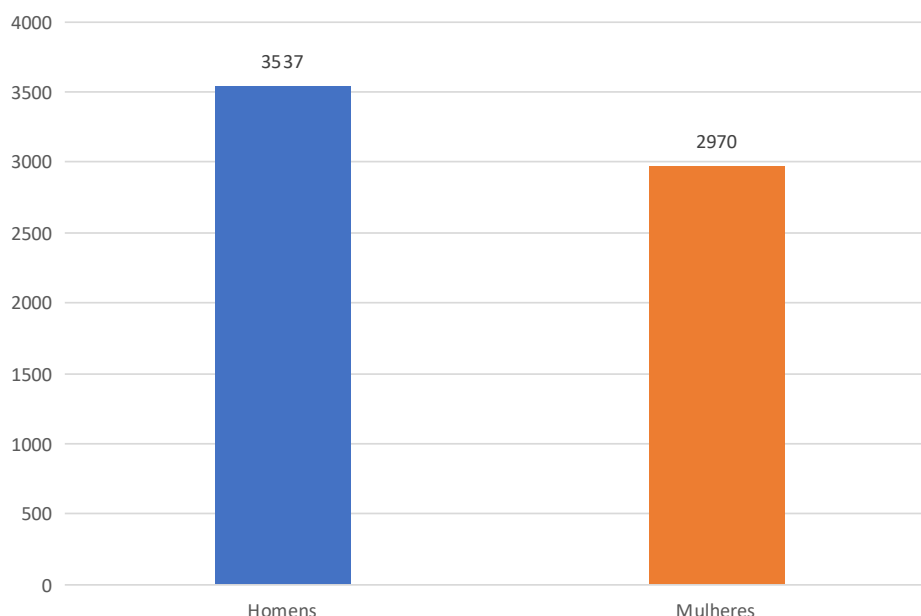
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021, consolidado de quintas entrevistas.

2.6 Rendimento médio das pessoas ocupadas no setor cultural por sexo e por cor ou raça

A interseccionalidade entre sexo e raça emerge como uma lente fundamental para compreender as disparidades de rendimento no setor cultural, especialmente no contexto brasileiro. Apesar da presença significativa de mulheres, a desigualdade salarial persiste de forma alarmante, revelando que a mera presença numérica não se traduz em equidade econômica. Além disso, a situação se agrava quando se considera a raça; pretos e pardos, embora sejam sub-representados, enfrentam uma desvalorização ainda maior em termos de remuneração. Avaliar o rendimento por grupo é essencial para entender que, além da representação numérica de cada grupo no setor, é igualmente importante analisar o grau de valorização que recebem. O Gráfico 22 revela que, embora a presença feminina no setor cultural do Rio de Janeiro em 2021 não seja tão inferior à masculina, como indicado no Gráfico 21, as mulheres receberam, em média, R\$ 567,00 a menos que os homens, cujo rendimento médio foi de R\$ 3.537,00 mensais. Nesse contexto, o governo poderia focar em identificar a raiz dessa disparidade e promover políticas de equidade salarial e valorização do trabalho das mulheres.



Gráfico 22 - Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas no setor cultural na semana de referência (Reais), por sexo - Estado do Rio de Janeiro



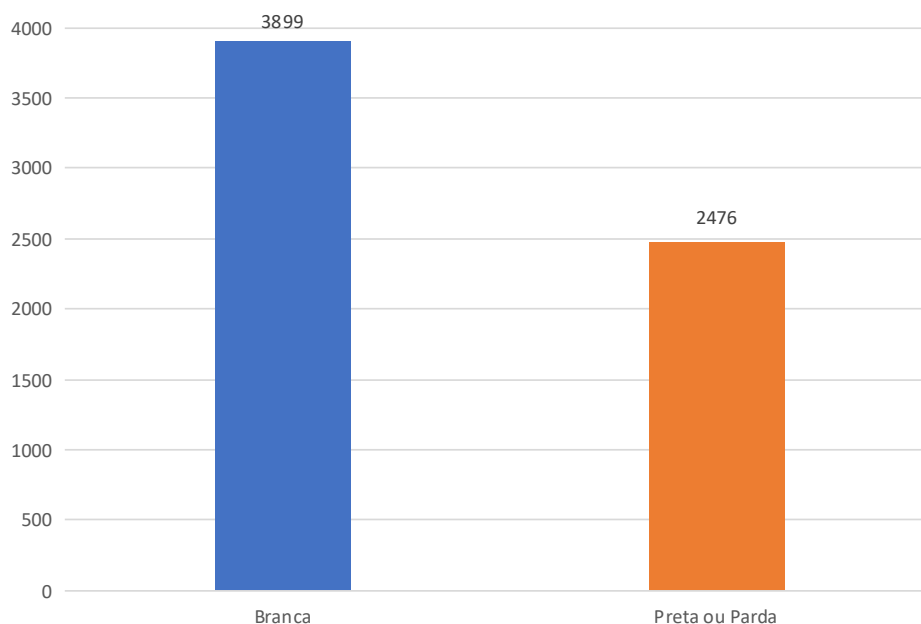
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021, consolidado de quintas entrevistas.

A desigualdade racial é ainda mais expressiva no setor cultural. Embora pretos e pardos já sejam minoria, como demonstrado no Gráfico 20, o Gráfico 23 revela que eles receberam, em média, R\$1.423,00 a menos que os brancos. A atuação do poder público deve se concentrar em investigar as causas dessa disparidade e as variáveis envolvidas, desenvolvendo políticas eficazes que contemplem negros e pardos em suas múltiplas dimensões, não como um grupo homogêneo, mas respeitando suas especificidades. Além disso, é crucial que esses grupos não sejam apenas beneficiários dessas políticas, mas também participem ativamente de toda a cadeia de formulação e implementação. Isso garantirá equidade salarial e melhores oportunidades de forma eficiente, eficaz e efetiva.

Nesse sentido, o governo deve ir além de uma análise superficial dos dados, aprofundando-se nas raízes dessas disparidades. A construção de políticas que promovam a equidade salarial requer uma compreensão abrangente das experiências únicas de cada grupo, considerando suas especificidades históricas e sociais. É imperativo que as experiências da população a partir de um viés interseccional sejam integradas ativamente na formulação de estratégias que visem uma valorização real e justa do trabalho cultural, promovendo um setor mais inclusivo e representativo.



Gráfico 23 - Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas no setor cultural na semana de referência (Reais), por cor ou raça - Estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021, consolidado de quintas entrevistas.

Em síntese, o relatório apresenta uma análise detalhada do setor cultural nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, dividida em duas partes fundamentais: a gestão e desenvolvimento da cultura e o perfil do mercado de trabalho cultural. Com uma abordagem regionalizada, são disponibilizadas informações essenciais para a formulação de políticas públicas que atendam às especificidades locais, ressaltando o papel de instrumentos como a Lei Aldir Blanc. Ao integrar dados demográficos e socioeconômicos ao diagnóstico cultural, o estudo destaca as desigualdades no mercado de trabalho e reforça a importância da cultura como um direito humano, propondo ações que ampliem o acesso às práticas culturais em todo o estado.

ANEXOS





a. Plano Municipal de Cultura

Tabela 1 - Plano Municipal de Cultura - Região das Baixadas Litorâneas

Municípios	Plano Municipal de Cultura - existência	Em que fase se encontra	Foi elaborado com a participação da sociedade civil	Por intermédio de audiência pública	Por intermédio de conselhos	Por intermédio de fóruns	Por intermédio de consulta pública	Por intermédio de grupo de trabalho	Por intermédio de conferência	Possui metas	Realizou alguma Conferência Municipal de Cultura nos últimos 4 anos
Araruama	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Armação dos Búzios	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Arraial do Cabo	Em elaboração	Aguardando sanção pelo Poder Executivo	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Cabo Frio	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Casimiro de Abreu	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Iguaba Grande	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Rio das Ostras	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
São Pedro da Aldeia	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Saquarema	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Silva Jardim	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 2 - Plano Municipal de Cultura - Região Centro-Sul Fluminense

Municípios	Plano Municipal de Cultura - existência	Em que fase se encontra	Foi elaborado com a participação da sociedade civil	Por intermédio de audiência pública	Por intermédio de conselhos	Por intermédio de fóruns	Por intermédio de consulta pública	Por intermédio de grupo de trabalho	Por intermédio de conferência	Possui metas	Realizou alguma Conferência Municipal de Cultura nos últimos 4 anos
Areal	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Comendador Levy Gasparian	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Engenheiro Paulo de Frontin	Sim, por instrumento legal	-	Não	-	-	-	-	-	-	Sim	Não
Mendes	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Miguel Pereira	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Paraíba do Sul	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Paty do Alferes	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Sapucaia	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Três Rios	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Vassouras	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 3 - Plano Municipal de Cultura - Região da Costa Verde

Municípios	Plano Municipal de Cultura - existência	Em que fase se encontra	Foi elaborado com a participação da sociedade civil	Por intermédio de audiência pública	Por intermédio de conselhos	Por intermédio de fóruns	Por intermédio de consulta pública	Por intermédio de grupo de trabalho	Por intermédio de conferência	Possui metas	Realizou alguma Conferência Municipal de Cultura nos últimos 4 anos
Angra dos Reis	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Mangaratiba	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Paraty	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 4 - Plano Municipal de Cultura - Região do Médio Paraíba

Municípios	Plano Municipal de Cultura - existência	Em que fase se encontra	Foi elaborado com a participação da sociedade civil	Por intermédio de audiência pública	Por intermédio de conselhos	Por intermédio de fóruns	Por intermédio de consulta pública	Por intermédio de grupo de trabalho	Por intermédio de conferência	Possui metas	Realizou alguma Conferência Municipal de Cultura nos últimos 4 anos
Barra do Pirai	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Barra Mansa	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Itatiaia	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Pinheiral	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Pirai	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Porto Real	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Quatis	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Resende	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Rio Claro	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Rio das Flores	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Valença	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Volta Redonda	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 5 - Plano Municipal de Cultura - Região Metropolitana

Municípios	Plano Municipal de Cultura - existência	Em que fase se encontra	Foi elaborado com a participação da sociedade civil	Por intermédio de audiência pública	Por intermédio de conselhos	Por intermédio de fóruns	Por intermédio de consulta pública	Por intermédio de grupo de trabalho	Por intermédio de conferência	Possui metas	Realizou alguma Conferência Municipal de Cultura nos últimos 4 anos
Belford Roxo	Sim, mas não é regulamentado por instrumento legal	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Cachoeiras de Macacu	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Duque de Caxias	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Guapimirim	Em elaboração	Em tramitação no Poder Executivo	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Itaboraí	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não
Itaguaí	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Japeri	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
Magé	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Maricá	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Mesquita	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Nilópolis	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Niterói	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Nova Iguaçu	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Paracambi	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Petrópolis	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Queimados	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim



Rio Bonito	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Rio de Janeiro	Em elaboração	Em tramitação no Poder Executivo	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
São Gonçalo	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
São João de Meriti	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Seropédica	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Tanguá	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 6 - Plano Municipal de Cultura - Região Noroeste Fluminense

Municípios	Plano Municipal de Cultura - existência	Em que fase se encontra	Foi elaborado com a participação da sociedade civil	Por intermédio de audiência pública	Por intermédio de conselhos	Por intermédio de fóruns	Por intermédio de consulta pública	Por intermédio de grupo de trabalho	Por intermédio de conferência	Possui metas	Realizou alguma Conferência Municipal de Cultura nos últimos 4 anos
Aperibé	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Bom Jesus do Itabapoana	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Cambuci	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Italva	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Itaocara	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Itaperuna	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Laje do Muriaé	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Miracema	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Natividade	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Porciúncula	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
Santo Antônio de Pádua	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
São José de Ubá	Em elaboração	Em tramitação no Poder Executivo	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Varre-Sai	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 7 - Plano Municipal de Cultura - Região Norte Fluminense

Municípios	Plano Municipal de Cultura - existência	Em que fase se encontra	Foi elaborado com a participação da sociedade civil	Por intermédio de audiência pública	Por intermédio de conselhos	Por intermédio de fóruns	Por intermédio de consulta pública	Por intermédio de grupo de trabalho	Por intermédio de conferência	Possui metas	Realizou alguma Conferência Municipal de Cultura nos últimos 4 anos
Carapebus	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Campos dos Goytacazes	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Cardoso Moreira	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
Conceição de Macabu	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Macaé	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
Quissamã	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
São Francisco de Itabapoana	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
São Fidélis	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não
São João da Barra	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 8 - Plano Municipal de Cultura - Região Serrana

Municípios	Plano Municipal de Cultura - existência	Em que fase se encontra	Foi elaborado com a participação da sociedade civil	Por intermédio de audiência pública	Por intermédio de conselhos	Por intermédio de fóruns	Por intermédio de consulta pública	Por intermédio de grupo de trabalho	Por intermédio de conferência	Possui metas	Realizou alguma Conferência Municipal de Cultura nos últimos 4 anos
Bom Jardim	Sim, mas não é regulamentado por instrumento legal	-	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Cantagalo	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Carmo	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Cordeiro	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Duas Barras	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Macuco	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Nova Friburgo	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Santa Maria Madalena	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
São José do Vale do Rio Preto	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
São Sebastião do Alto	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Sumidouro	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Teresópolis	Sim, por instrumento legal	-	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Trajano de Moraes	Em elaboração	Em discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



b. Legislação Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural - Existência

Tabela 9 - Existência de Legislação Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural - Região das Baixadas Litorâneas

Município	Legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural - existência	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio material	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio imaterial
Araruama	Não	-	-
Armação dos Búzios	Sim	Sim	Sim
Arraial do Cabo	Sim	Sim	Sim
Cabo Frio	Sim	Sim	Não
Casimiro de Abreu	Sim	Sim	Sim
Iguaba Grande	Não	-	-
Rio das Ostras	Não	-	-
São Pedro da Aldeia	Não	-	-
Saquarema	Não	-	-
Silva Jardim	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 10 - Existência de Legislação Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural - Região Centro-Sul Fluminense

Município	Legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural - existência	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio material	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio imaterial
Areal	Não	-	-
Comendador Levy Gasparian	Não	-	-
Engenheiro Paulo de Frontin	Sim	Sim	Não
Mendes	Sim	Sim	Não
Miguel Pereira	Sim	Sim	Não
Paraíba do Sul	Sim	Sim	Sim
Paty do Alferes	Sim	Sim	Sim
Sapucaia	Sim	Sim	Sim
Três Rios	Sim	Sim	Sim
Vassouras	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021

Tabela 11 - Existência de Legislação Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural - Região da Costa Verde

Município	Legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural - existência	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio material	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio imaterial
Angra dos Reis	Não	-	-
Mangaratiba	Sim	Sim	Sim
Paraty	Não	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 12 - Existência de Legislação Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural - Região do Médio Paraíba

Município	Legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural - existência	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio material	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio imaterial
Barra do Piraí	Sim	Sim	Não
Barra Mansa	Sim	Sim	Sim
Itatiaia	Não	-	-
Pinheiral	Sim	Sim	Sim
Piraí	Sim	Sim	Sim
Porto Real	Sim	Sim	Não
Quatis	Sim	Sim	Sim
Resende	Sim	Sim	Sim
Rio Claro	Sim	Sim	Sim
Rio das Flores	Sim	Sim	Sim
Valença	Sim	Sim	Sim
Volta Redonda	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 13 - Existência de Legislação Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural - Região Metropolitana

Município	Legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural - existência	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio material	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio imaterial
Belford Roxo	Não	-	-
Cachoeiras de Macacu	Sim	Sim	Sim
Duque de Caxias	Sim	Sim	Sim
Guapimirim	Sim	Sim	Não
Itaboraí	Sim	Sim	Sim
Itaguaí	Sim	Sim	Sim
Japeri	Não	-	-
Magé	Não	-	-
Maricá	Sim	Sim	Sim
Mesquita	Não	-	-
Nilópolis	Sim	Sim	Sim
Niterói	Sim	Sim	Sim
Nova Iguaçu	Não	-	-
Paracambi	Não	-	-
Petrópolis	Sim	Sim	Sim
Queimados	Não	-	-
Rio Bonito	Não	-	-
Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim
São Gonçalo	Sim	Sim	Sim
São João de Meriti	Não	-	-
Seropédica	Não	-	-
Tanguá	Sim	Sim	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 14 - Existência de Legislação Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural - Região Noroeste Fluminense

Município	Legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural - existência	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio material	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio imaterial
Aperibé	Sim	Sim	Sim
Bom Jesus do Itabapoana	Sim	Sim	Sim
Cambuci	Não	-	-
Italva	Não	-	-
Itaocara	Não	-	-
Itaperuna	Não	-	-
Laje do Muriaé	Não	-	-
Miracema	Sim	Sim	Não
Natividade	Não	-	-
Porciúncula	Não	-	-
Santo Antônio de Pádua	Sim	Sim	Sim
São José de Ubá	Não	-	-
Varre-Sai	Não	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 15 - Existência de Legislação Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural - Região Norte Fluminense

Município	Legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural - existência	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio material	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio imaterial
Carapebus	Sim	Sim	Sim
Campos dos Goytacazes	Sim	Sim	Sim
Cardoso Moreira	Não	-	-
Conceição de Macabu	Não	-	-
Macaé	Sim	Sim	Sim
Quissamã	Sim	Sim	Sim
São Francisco de Itabapoana	Sim	Sim	Sim
São Fidélis	Não	-	-
São João da Barra	Não	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 16 - Existência de Legislação Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural - Região Serrana

Município	Legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural - existência	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio material	A legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural prevê o tombamento de: Patrimônio imaterial
Bom Jardim	Sim	Sim	Não
Cantagalo	Sim	Sim	Sim
Carmo	Sim	Sim	Sim
Cordeiro	Sim	Sim	Sim
Duas Barras	Sim	Sim	Sim
Macuco	Não	-	-
Nova Friburgo	Sim	Sim	Sim
Santa Maria Madalena	Sim	Sim	Não
São José do Vale do Rio Preto	Não	-	-
São Sebastião do Alto	Não	-	-
Sumidouro	Não	-	-
Teresópolis	Sim	Sim	Sim
Trajano de Moraes	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



c. Conselhos e Fundo Municipal - Existência

Tabela 17 - Existência de Conselho e Fundo Municipal - Região das Baixadas Litorâneas

Município	Conselho Municipal de Cultura - existência	O Conselho está	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio - existência	O Conselho está	Fundo Municipal de Cultura - existência	O conselho gestor do fundo é o Conselho Municipal de Cultura	O fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas culturais
Araruama	Sim	Inativo	Não	-	Sim	Sim	Não
Armação dos Búzios	Sim	Ativo	Sim	Inativo	Não	-	-
Arraial do Cabo	Não	-	Não	-	Não	-	-
Cabo Frio	Sim	Ativo	Sim	Ativo	Sim	Sim	Sim
Casimiro de Abreu	Sim	Ativo	Não	-	Sim	O fundo possui um conselho gestor próprio	Sim
Iguaba Grande	Sim	Inativo	Não	-	Não	-	-
Rio das Ostras	Sim	Ativo	Não	-	Sim	O fundo possui um conselho gestor próprio	Sim
São Pedro da Aldeia	Sim	Inativo	Não	-	Não	-	-
Saquarema	Não	-	Não	-	Não	-	-
Silva Jardim	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 18 - Existência de Conselho e Fundo Municipal - Região Centro-Sul Fluminense

Município	Conselho Municipal de Cultura - existência	O Conselho está	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio - existência	O Conselho está	Fundo Municipal de Cultura - existência	O conselho gestor do fundo é o Conselho Municipal de Cultura	O fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas culturais
Areal	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-
Comendador Levy Gasparian	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-
Engenheiro Paulo de Frontin	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Sim	Não
Mendes	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Sim	Não
Miguel Pereira	Sim	Inativo	Não	-	Não	-	-
Paraíba do Sul	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-
Paty do Alferes	Sim	Ativo	Sim	Inativo	Não	-	-
Sapucaia	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-
Três Rios	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Sim	Sim
Vassouras	Sim	Ativo	Sim	Inativo	Não	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021

Tabela 19 - Existência de Conselho e Fundo Municipal - Região da Costa Verde

Município	Conselho Municipal de Cultura - existência	O Conselho está	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio - existência	O Conselho está	Fundo Municipal de Cultura - existência	O conselho gestor do fundo é o Conselho Municipal de Cultura	O fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas culturais
Angra dos Reis	Sim	Ativo	Não	-	Sim	O fundo possui um conselho gestor próprio	Não
Mangaratiba	Sim	Ativo	Não	-	Sim	O fundo possui um conselho gestor próprio	Sim
Paraty	Sim	Ativo	Sim	Foi criado mas não foi instalado	Sim	O fundo possui um conselho gestor próprio	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 20 - Existência de Conselho e Fundo Municipal - Região Médio Paraíba

Município	Conselho Municipal de Cultura - existência	O Conselho está	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio - existência	O Conselho está	Fundo Municipal de Cultura - existência	O conselho gestor do fundo é o Conselho Municipal de Cultura	O fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas culturais
Barra do Piraí	Não	-	Não	-	Não	-	-
Barra Mansa	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Sim	Sim
Itatiaia	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Não	Não
Pinheiral	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Sim	Não
Piraí	Sim	Inativo	Não	-	Não	-	-
Porto Real	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-
Quatis	Sim	Ativo	Sim	Ativo	Sim	Não	Não
Resende	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Não	Sim
Rio Claro	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-
Rio das Flores	Sim	Foi criado mas não foi instalado	Sim	Foi criado mas não foi instalado	Não	-	-
Valença	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-
Volta Redonda	Sim	Ativo	Sim	Ativo	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 21 - Existência de Conselho e Fundo Municipal - Região Metropolitana

Município	Conselho Municipal de Cultura - existência	O Conselho está	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio - existência	O Conselho está	Fundo Municipal de Cultura - existência	O conselho gestor do fundo é o Conselho Municipal de Cultura	O fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas culturais
Belford Roxo	Sim	Ativo	Sim	Ativo	Sim	O fundo possui um conselho gestor próprio	Sim
Cachoeiras de Macacu	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Não	Não
Duque de Caxias	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Não	Sim
Guapimirim	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Sim	Não
Itaboraí	Sim	Foi criado mas não foi instalado	Sim	Inativo	Sim	O fundo possui um conselho gestor próprio	Sim
Itaguaí	Sim	Ativo	Não	-	Sim	O fundo possui um conselho gestor próprio	Sim
Japeri	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Sim	Não
Magé	Sim	Inativo	Não	-	Não	-	-
Maricá	Sim	Foi criado mas não foi instalado	Sim	Inativo	Não	-	-
Mesquita	Sim	Inativo	Não	-	Não	-	-
Nilópolis	Sim	Inativo	Não	-	Não	-	-
Niterói	Sim	Ativo	Sim	Ativo	Sim	Sim	Não
Nova Iguaçu	Sim	Ativo	Não	-	Sim	O fundo possui um conselho gestor próprio	Não
Paracambi	Não	-	Não	-	Não	-	-
Petrópolis	Sim	Ativo	Sim	Ativo	Sim	Sim	Não
Queimados	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Sim	Sim
Rio Bonito	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-
Rio de Janeiro	Sim	Ativo	Sim	Ativo	Sim	Sim	Sim
São Gonçalo	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Não	Não
São João de Meriti	Sim	Ativo	Não	-	Sim	O fundo possui um conselho gestor próprio	Não
Seropédica	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-
Tanguá	Sim	Foi criado mas não foi instalado	Não	-	Sim	Não	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 22 - Existência de Conselho e Fundo Municipal - Região Noroeste Fluminense

Município	Conselho Municipal de Cultura - existência	O Conselho está	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio - existência	O Conselho está	Fundo Municipal de Cultura - existência	O conselho gestor do fundo é o Conselho Municipal de Cultura	O fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas culturais
Aperibé	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-
Bom Jesus do Itabapoana	Sim	Ativo	Sim	Ativo	Não	-	-
Cambuci	Não	-	Não	-	Não	-	-
Italva	Sim	Inativo	Não	-	Não	-	-
Itaocara	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-
Itaperuna	Sim	Inativo	Não	-	Sim	Sim	Não
Laje do Muriaé	Sim	Foi criado mas não foi instalado	Não	-	Não	-	-
Miracema	Sim	Ativo	Não	-	Sim	O fundo possui um conselho gestor próprio	Não
Natividade	Não	-	Não	-	Não	-	-
Porciúncula	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Sim	Sim
Santo Antônio de Pádua	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-
São José de Ubá	Não	-	Não	-	Não	-	-
Varre-Sai	Sim	Foi criado mas não foi instalado	Sim	Foi criado mas não foi instalado	Sim	Não	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 23 - Existência de Conselho e Fundo Municipal - Região Norte Fluminense

Município	Conselho Municipal de Cultura - existência	O Conselho está	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio - existência	O Conselho está	Fundo Municipal de Cultura - existência	O conselho gestor do fundo é o Conselho Municipal de Cultura	O fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas culturais
Carapebus	Não	-	Não	-	Não	-	-
Campos dos Goytacazes	Sim	Ativo	Sim	Ativo	Sim	Sim	Não
Cardoso Moreira	Sim	Ativo	Sim	Ativo	Sim	Sim	Não
Conceição de Macabu	Não	-	Não	-	Não	-	-
Macaé	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Não	Não
Quissamã	Sim	Ativo	Sim	Ativo	Sim	Sim	Sim
São Francisco de Itabapoana	Não	-	Não	-	Não	-	-
São Fidélis	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Sim	Sim
São João da Barra	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 24 - Existência de Conselho e Fundo Municipal - Região Serrana

Município	Conselho Municipal de Cultura - existência	O Conselho está	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio - existência	O Conselho está	Fundo Municipal de Cultura - existência	O conselho gestor do fundo é o Conselho Municipal de Cultura	O fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas culturais
Bom Jardim	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Sim	Não
Cantagalo	Não	-	Sim	Ativo	Não	-	-
Carmo	Sim	Ativo	Sim	Inativo	Sim	Não	Não
Cordeiro	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Sim	Sim
Duas Barras	Não	-	Não	-	Não	-	-
Macuco	Sim	Ativo	Não	-	Não	-	-
Nova Friburgo	Sim	Ativo	Sim	Inativo	Sim	O fundo possui um conselho gestor próprio	Sim
Santa Maria Madalena	Sim	Inativo	Não	-	Não	-	-
São José do Vale do Rio Preto	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Não	Sim
São Sebastião do Alto	Sim	Inativo	Não	-	Não	-	-
Sumidouro	Não	-	Não	-	Não	-	-
Teresópolis	Sim	Ativo	Não	-	Sim	Sim	Não
Trajano de Moraes	Sim	Ativo	Sim	Ativo	Sim	O fundo possui um conselho gestor próprio	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



d. Apoio, Reforma ou Modernização

Tabela 25 - Apoio, reforma ou modernização dos equipamentos culturais - Região das Baixadas Litorâneas

Município	Museu	Biblioteca pública	Biblioteca comunitária	Cinema	Teatro	Centro cultural	Arquivo público	Espaço para festividades locais	Espaço para artesanato	Outros	Não desenvolve
Araruama	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	-
Armação dos Búzios	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-
Arraial do Cabo	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	-
Cabo Frio	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	-
Casimiro de Abreu	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	-
Iguaba Grande	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	-
Rio das Ostras	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	-
São Pedro da Aldeia	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	-
Saquarema	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	-
Silva Jardim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 26 - Apoio, reforma ou modernização dos equipamentos culturais - Região Centro-Sul Fluminense

Município	Museu	Biblioteca pública	Biblioteca comunitária	Cinema	Teatro	Centro cultural	Arquivo público	Espaço para festividades locais	Espaço para artesanato	Outros	Não desenvolve
Areal	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	-
Comendador Levy Gasparian	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Engenheiro Paulo de Frontin	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Mendes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	-
Miguel Pereira	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	-
Paraíba do Sul	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	-
Paty do Alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Sapucaia	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	-
Três Rios	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	-
Vassouras	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021

Tabela 27 - Apoio, reforma ou modernização dos equipamentos culturais - Região da Costa Verde

Município	Museu	Biblioteca pública	Biblioteca comunitária	Cinema	Teatro	Centro cultural	Arquivo público	Espaço para festividades locais	Espaço para artesanato	Outros	Não desenvolve
Angra dos Reis	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	-
Mangaratiba	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	-
Paraty	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 28 - Apoio, reforma ou modernização dos equipamentos culturais - Região do Médio Paraíba

Município	Museu	Biblioteca pública	Biblioteca comunitária	Cinema	Teatro	Centro cultural	Arquivo público	Espaço para festividades locais	Espaço para artesanato	Outros	Não desenvolve
Barra do Piraí	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	-
Barra Mansa	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	-
Itatiaia	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	-
Pinheiral	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	-
Piraí	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Porto Real	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Quatis	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	-
Resende	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Rio Claro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Rio das Flores	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	-
Valença	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	-
Volta Redonda	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 29 - Apoio, reforma ou modernização dos equipamentos culturais - Região Metropolitana

Município	Museu	Biblioteca pública	Biblioteca comunitária	Cinema	Teatro	Centro cultural	Arquivo público	Espaço para festividades locais	Espaço para artesanato	Outros	Não desenvolve
Belford Roxo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Cachoeiras de Macacu	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	-
Duque de Caxias	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	-
Guapimirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Itaboraí	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	-
Itaguaí	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	-
Japeri	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	-
Magé	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	-
Maricá	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	-
Mesquita	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	-
Nilópolis	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	-
Niterói	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	-
Nova Iguaçu	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	-
Paracambi	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	-
Petrópolis	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	-
Queimados	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-
Rio Bonito	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	-
Rio de Janeiro	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	-
São Gonçalo	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	-
São João de Meriti	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	-
Seropédica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Tanguá	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 30 - Apoio, reforma ou modernização dos equipamentos culturais - Região Noroeste Fluminense

Município	Museu	Biblioteca pública	Biblioteca comunitária	Cinema	Teatro	Centro cultural	Arquivo público	Espaço para festividades locais	Espaço para artesanato	Outros	Não desenvolve
Aperibé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Bom Jesus do Itabapoana	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	-
Cambuci	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Italva	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	-
Itaocara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Itaperuna	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	-
Laje do Muriaé	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	-
Miracema	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	-
Natividade	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	-
Porciúncula	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	-
Santo Antônio de Pádua	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	-
São José de Ubá	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-
Varre-Sai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 31 - Apoio, reforma ou modernização dos equipamentos culturais - Região Norte Fluminense

Município	Museu	Biblioteca pública	Biblioteca comunitária	Cinema	Teatro	Centro cultural	Arquivo público	Espaço para festividades locais	Espaço para artesanato	Outros	Não desenvolve
Carapebus	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	-
Campos dos Goytacazes	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	-
Cardoso Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Conceição de Macabu	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	-
Macaé	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	-
Quissamã	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	-
São Francisco de Itabapoana	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	-
São Fidélis	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	-
São João da Barra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 32 - Apoio, reforma ou modernização dos equipamentos culturais - Região Serrana

Município	Museu	Biblioteca pública	Biblioteca comunitária	Cinema	Teatro	Centro cultural	Arquivo público	Espaço para festividades locais	Espaço para artesanato	Outros	Não desenvolve
Bom Jardim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	-
Cantagalo	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	-
Carmo	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	-
Cordeiro	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	-
Duas Barras	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	-
Macuco	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-
Nova Friburgo	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	-
Santa Maria Madalena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
São José do Vale do Rio Preto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
São Sebastião do Alto	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	-
Sumidouro	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	-
Teresópolis	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	-
Trajano de Moraes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



e. Equipamentos

Tabela 33 - Equipamentos - Região das Baixadas Litorâneas

Município	Bibliotecas públicas	Museus	Teatros ou salas de espetáculos	Centro cultural (3)	Arquivo público e/ou centro de documentação	Estádios ou ginásios poliesportivos	Centro de artesanato	Ponto de Cultura (4)	Total
Araruama	3	4	5	1	1	1	3	1	19
Armação dos Búzios	1	-	-	2	-	1	-	20	24
Arraial do Cabo	2	1	2	1	1	1	-	2	10
Cabo Frio	1	2	1	1	-	3	1	4	13
Casimiro de Abreu	2	1	1	1	2	4	1	1	13
Iguaba Grande	1	-	-	1	-	1	-	-	3
Rio das Ostras	1	1	1	1	-	12	2	2	20
São Pedro da Aldeia	1	1	1	1	1	2	1	3	11
Saquarema	1	1	1	-	-	17	-	3	23
Silva Jardim	1	-	1	1	-	1	-	1	5
TOTAL									141

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 34 - Equipamentos - Região Centro-Sul Fluminense

Município	Bibliotecas públicas	Museus	Teatros ou salas de espetáculos	Centro cultural (3)	Arquivo público e/ou centro de documentação	Estádios ou ginásios poliesportivos	Centro de artesanato	Ponto de Cultura (4)	Total
Areal	1	-	-	-	1	3	1	1	7
Comendador Levy Gasparian	1	1	-	-	-	4	-	-	6
Engenheiro Paulo de Frontin	1	1	-	-	-	5	-	-	7
Mendes	1	1	1	1	-	11	1	1	17
Miguel Pereira	3	4	-	1	-	11	1	1	21
Paraíba do Sul	2	1	1	2	-	28	3	1	38
Paty do Alferes	1	1	1	1	-	8	1	2	15
Sapucaia	2	-	1	3	-	10	2	-	18
Três Rios	1	-	0	1	-	1	1	2	6
Vassouras	1	0	-	1	1	1	-	1	5
TOTAL									140

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021

Tabela 35 - Equipamentos - Região da Costa Verde

Município	Bibliotecas públicas	Museus	Teatros ou salas de espetáculos	Centro cultural (3)	Arquivo público e/ou centro de documentação	Estádios ou ginásios poliesportivos	Centro de artesanato	Ponto de Cultura (4)	Total
Angra dos Reis	1	1	1	1	-	1	0	4	9
Mangaratiba	3	1	-	4	-	41	1	-	50
Paraty	1	0	2	3	1	3	1	8	19
TOTAL									78

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021

(3) Local destinado a atividades artístico-culturais e que conta com mais de dois tipos diferentes de equipamentos culturais em uso.

(4) Pontos de cultura são projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura e implementados por entidades governamentais ou não governamentais. Visam à realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades.



Tabela 36 - Equipamentos - Região do Médio Paraíba

Município	Bibliotecas públicas	Museus	Teatros ou salas de espetáculos	Centro cultural (3)	Arquivo público e/ou centro de documentação	Estádios ou ginásios poliesportivos	Centro de artesanato	Ponto de Cultura (4)	Total
Barra do Piraí	1	-	-	-	1	1	1	3	7
Barra Mansa	1	2	1	1	1	4	-	3	13
Itatiaia	1	-	1	-	-	1	0	-	3
Pinheiral	1	-	-	1	-	4	1	1	8
Piraí	4	-	-	1	1	1	1	1	9
Porto Real	1	-	-	1	-	1	-	1	4
Quatis	1	-	-	1	-	1	1	1	5
Resende	3	2	2	1	1	1	1	1	12
Rio Claro	2	-	-	1	1	4	1	1	10
Rio das Flores	1	0	1	1	-	1	0	1	5
Valença	1	5	1	2	1	0	1	4	15
Volta Redonda	2	-	5	1	2	14	1	1	26
TOTAL									117

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021

(3) Local destinado a atividades artístico-culturais e que conta com mais de dois tipos diferentes de equipamentos culturais em uso.

(4) Pontos de cultura são projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura e implementados por entidades governamentais ou não governamentais. Visam à realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades.



Tabela 37 - Equipamentos - Região Metropolitana

Município	Bibliotecas públicas	Museus	Teatros ou salas de espetáculos	Centro cultural (3)	Arquivo público e/ou centro de documentação	Estádios ou ginásios poliesportivos	Centro de artesanato	Ponto de Cultura (4)	Total
Belford Roxo	1	1	2	2	1	2	1	2	12
Cachoeiras de Macacu	1	-	2	2	1	6	-	5	17
Duque de Caxias	3	2	3	1	0	4	8	10	31
Guapimirim	1	0	1	1	-	1	-	2	6
Itaboraí	2	1	2	2	1	1	1	2	12
Itaguaí	3	-	2	1	1	1	-	14	22
Japeri	2	-	0	1	-	-	-	1	4
Magé	1	1	-	0	-	5	1	2	10
Maricá	1	1	1	1	0	1	1	2	8
Mesquita	1	-	2	1	-	3	-	3	10
Nilópolis	1	-	1	1	-	1	-	3	7
Niterói	1	2	1	5	1	1	3	10	24
Nova Iguaçu	1	1	3	1	-	1	-	6	13
Paracambi	1	-	-	1	-	3	1	2	8
Petrópolis	5	3	3	6	1	1	-	7	26
Queimados	1	-	2	1	-	1	-	10	15
Rio Bonito	1	-	0	1	-	5	1	1	9
Rio de Janeiro	12	5	12	10	1	1	0	60	101
São Gonçalo	1	-	2	1	-	1	-	15	20
São João de Meriti	-	1	1	1	-	-	-	2	5
Seropédica	-	-	0	-	-	0	-	-	0
Tanguá	2	-	2	-	-	-	1	1	6
TOTAL									366

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021

(3) Local destinado a atividades artístico-culturais e que conta com mais de dois tipos diferentes de equipamentos culturais em uso.

(4) Pontos de cultura são projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura e implementados por entidades governamentais ou não governamentais. Visam à realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades.



Tabela 38 - Equipamentos - Região Noroeste Fluminense

Município	Bibliotecas públicas	Museus	Teatros ou salas de espetáculos	Centro cultural (3)	Arquivo público e/ou centro de documentação	Estádios ou ginásios poliesportivos	Centro de artesanato	Ponto de Cultura (4)	Total
Aperibé	1	1	-	1	-	1	-	-	4
Bom Jesus do Itabapoana	1	-	-	0	-	1	1	-	3
Cambuci	1	-	-	-	-	14	-	-	15
Italva	1	-	-	-	-	1	1	3	6
Itaocara	1	-	-	1	-	1	-	1	4
Itaperuna	-	-	-	-	1	1	1	3	6
Laje do Muriaé	-	-	-	1	-	1	-	1	3
Miracema	1	1	-	1	1	2	1	1	8
Natividade	1	1	1	-	1	1	1	1	7
Porciúncula	2	-	-	1	1	1	1	-	6
Santo Antônio de Pádua	1	2	1	1	1	33	-	1	40
São José de Ubá	1	-	-	1	-	2	1	1	6
Varre-Sai	1	-	-	1	-	-	-	1	3
TOTAL									111

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021

(3) Local destinado a atividades artístico-culturais e que conta com mais de dois tipos diferentes de equipamentos culturais em uso.

(4) Pontos de cultura são projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura e implementados por entidades governamentais ou não governamentais. Visam à realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades.



Tabela 39 - Equipamentos - Região Norte Fluminense

Município	Bibliotecas públicas	Museus	Teatros ou salas de espetáculos	Centro cultural (3)	Arquivo público e/ou centro de documentação	Estádios ou ginásios poliesportivos	Centro de artesanato	Ponto de Cultura (4)	Total
Carapebus	1	-	-	1	-	1	1	-	4
Campos dos Goytacazes	1	2	2	1	1	1	2	1	11
Cardoso Moreira	1	1	-	1	1	3	-	-	7
Conceição de Macabu	1	-	-	1	1	1	-	1	5
Macaé	4	1	1	10	-	2	-	4	22
Quissamã	1	1	-	1	1	1	-	1	6
São Francisco de Itabapoana	1	-	1	1	-	1	4	3	11
São Fidélis	1	1	1	-	-	1	-	3	7
São João da Barra	1	-	1	1	-	1	1	-	5
TOTAL									78

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021

(3) Local destinado a atividades artístico-culturais e que conta com mais de dois tipos diferentes de equipamentos culturais em uso.

(4) Pontos de cultura são projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura e implementados por entidades governamentais ou não governamentais. Visam à realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades.



Tabela 40 - Equipamentos - Região Serrana

Município	Bibliotecas públicas	Museus	Teatros ou salas de espetáculos	Centro cultural (3)	Arquivo público e/ou centro de documentação	Estádios ou ginásios poliesportivos	Centro de artesanato	Ponto de Cultura (4)	Total
Bom Jardim	1	1	2	1	-	2	1	1	9
Cantagalo	3	0	1	1	1	4	-	1	11
Carmo	1	-	1	1	1	1	1	-	6
Cordeiro	1	-	1	1	1	1	-	-	5
Duas Barras	1	1	-	1	-	2	1	2	8
Macuco	1	-	-	-	-	4	-	1	6
Nova Friburgo	1	-	4	2	1	4	-	4	16
Santa Maria Madalena	1	1	-	-	1	1	1	1	6
São José do Vale do Rio Preto	1	-	-	1	1	2	-	1	6
São Sebastião do Alto	1	-	1	1	-	3	-	-	6
Sumidouro	1	-	1	1	1	2	-	-	6
Teresópolis	2	1	2	2	2	1	2	3	15
Trajano de Moraes	1	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL									101

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



f. Orçamento

Tabela 41 - Orçamento - Região das Baixadas Litorâneas

Município	Quanto do orçamento previsto para a cultura foi executado em 2020
Araruama	de 61% a 70%
Armação dos Búzios	Sem orçamento previsto
Arraial do Cabo	Sem orçamento previsto
Cabo Frio	de 71% a 80%
Casimiro de Abreu	de 71% a 80%
Iguaba Grande	de 51% a 60%
Rio das Ostras	de 71% a 80%
São Pedro da Aldeia	Mais de 90%
Saquarema	0
Silva Jardim	0

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021

Tabela 42 - Orçamento - Região Centro-Sul Fluminense

Município	Quanto do orçamento previsto para a cultura foi executado em 2020
Areal	até 10%
Comendador Levy Gasparian	até 10%
Engenheiro Paulo de Frontin	até 10%
Mendes	Mais de 90%
Miguel Pereira	Mais de 90%
Paraíba do Sul	Sem orçamento previsto
Paty do Alferes	0
Sapucaia	de 11% a 20%
Três Rios	de 51% a 60%
Vassouras	de 71% a 80%

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 43 - Orçamento - Região da Costa Verde

Município	Quanto do orçamento previsto para a cultura foi executado em 2020
Angra dos Reis	até 10%
Mangaratiba	até 10%
Paraty	Mais de 90%

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021

Tabela 44 - Orçamento - Região do Médio Paraíba

Município	Quanto do orçamento previsto para a cultura foi executado em 2020
Barra do Piraí	Sem orçamento previsto
Barra Mansa	de 81% a 90%
Itatiaia	de 41% a 50%
Pinheiral	de 61% a 70%
Piraí	de 71% a 80%
Porto Real	até 10%
Quatis	de 81% a 90%
Resende	de 21% a 30%
Rio Claro	até 10%
Rio das Flores	Sem orçamento previsto
Valença	de 61% a 70%
Volta Redonda	de 31% a 40%

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 45 - Orçamento - Região Metropolitana

Município	Quanto do orçamento previsto para a cultura foi executado em 2020
Belford Roxo	Mais de 90%
Cachoeiras de Macacu	de 41% a 50%
Duque de Caxias	de 71% a 80%
Guapimirim	de 51% a 60%
Itaboraí	de 11% a 20%
Itaguaí	de 41% a 50%
Japeri	de 11% a 20%
Magé	de 51% a 60%
Maricá	de 51% a 60%
Mesquita	Mais de 90%
Nilópolis	Sem orçamento previsto
Niterói	Mais de 90%
Nova Iguaçu	Mais de 90%
Paracambi	de 11% a 20%
Petrópolis	de 81% a 90%
Queimados	Mais de 90%
Rio Bonito	até 10%
Rio de Janeiro	Mais de 90%
São Gonçalo	de 81% a 90%
São João de Meriti	0
Seropédica	de 11% a 20%
Tanguá	de 41% a 50%

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 46 - Orçamento - Região Noroeste Fluminense

Município	Quanto do orçamento previsto para a cultura foi executado em 2020
Aperibé	Sem orçamento previsto
Bom Jesus do Itabapoana	Mais de 90%
Cambuci	Sem orçamento previsto
Italva	de 11% a 20%
Itaocara	Sem orçamento previsto
Itaperuna	Sem orçamento previsto
Laje do Muriaé	Sem orçamento previsto
Miracema	de 11% a 20%
Natividade	de 21% a 30%
Porciúncula	Mais de 90%
Santo Antônio de Pádua	Sem orçamento previsto
São José de Ubá	até 10%
Varre-Sai	de 61% a 70%

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021

Tabela 47 - Orçamento - Região Norte Fluminense

Município	Quanto do orçamento previsto para a cultura foi executado em 2020
Carapebus	0
Campos dos Goytacazes	de 31% a 40%
Cardoso Moreira	0
Conceição de Macabu	até 10%
Macaé	de 11% a 20%
Quissamã	0
São Francisco de Itabapoana	de 11% a 20%
São Fidélis	de 21% a 30%
São João da Barra	até 10%

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 48 - Orçamento - Região Serrana

Município	Quanto do orçamento previsto para a cultura foi executado em 2020
Bom Jardim	até 10%
Cantagalo	Mais de 90%
Carmo	Sem orçamento previsto
Cordeiro	Mais de 90%
Duas Barras	de 11% a 20%
Macuco	Mais de 90%
Nova Friburgo	até 10%
Santa Maria Madalena	0
São José do Vale do Rio Preto	de 51% a 60%
São Sebastião do Alto	até 10%
Sumidouro	até 10%
Teresópolis	Mais de 90%
Trajano de Moraes	de 51% a 60%

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



g. Lei Aldir Blanc

Tabela 49 - Distribuição de recursos da Lei Aldir Blanc - Região das Baixadas Litorâneas

Município	O município distribuiu recursos da Lei Aldir Blanc	Em relação aos recursos a que tinha direito, pelos critérios da Lei Aldir Blanc, o município utilizou	Os auxílios (inciso 2 e/ou inciso 3, da Lei Aldir Blanc) tiveram critérios sociais de priorização	População negra	População indígena	Mulheres	Travestis e transgêneros	"Pessoa com deficiência/ acessibilidade"	Localidades	Comunidades tradicionais	Populações vulneráveis	Outros
Araruama	Sim	Entre 50% e 90%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Armação dos Búzios	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arraial do Cabo	Sim	Não sabe informar	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Cabo Frio	Sim	Entre 50% e 90%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Casimiro de Abreu	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não
Iguaba Grande	Sim	Menos de 50%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio das Ostras	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Pedro da Aldeia	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saquarema	Sim	Entre 50% e 90%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silva Jardim	Sim	Entre 50% e 90%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 49.1 - Por que o município não distribuiu recursos ou teve dificuldades para implementar a Lei Aldir Blanc?

Município	Não tinha estrutura de pessoal administrativo para implementar a Lei	"Não tinha assessoria jurídica/procuradoria para auxiliar na implementação da Lei"	Dificuldade de operar as plataformas federais	Não tinha estrutura de pessoal de atendimento presencial para distribuir recursos	Não tinha estrutura física (guichê, etc.) para implementação da Lei (pagamentos)	Não tinha recursos para montar sistema na Internet para receber propostas, contemplar, etc.	Estrutura responsável pela cultura não tinha hábito de fazer editais	Não tinha informação sobre instituições e agentes culturais no município	Não pôde divulgar	Outros	Não encontrou dificuldades
Araruama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Armação dos Búzios	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Arraial do Cabo	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
Cabo Frio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Casimiro de Abreu	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Iguaba Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Rio das Ostras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
São Pedro da Aldeia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Saquarema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Silva Jardim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 50 - Distribuição de recursos da Lei Aldir Blanc - Região Centro-Sul Fluminense

Município	O município distribuiu recursos da Lei Aldir Blanc	Em relação aos recursos a que tinha direito, pelos critérios da Lei Aldir Blanc, o município utilizou	Os auxílios (inciso 2 e/ou inciso 3, da Lei Aldir Blanc) tiveram critérios sociais de priorização	População negra	População indígena	Mulheres	Travestis e transgêneros	"Pessoa com deficiência/ acessibilidade"	Localidades	Comunidades tradicionais	Populações vulneráveis	Outros
Areal	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comendador Levy Gasparian	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenheiro Paulo de Frontin	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mendes	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Miguel Pereira	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Paraíba do Sul	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Paty do Alferes	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapucaia	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Três Rios	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vassouras	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



50.1 Por que o município não distribuiu recursos ou teve dificuldades para implementar a Lei Aldir Blanc?

Município	Não tinha estrutura de pessoal administrativo para implementar a Lei	"Não tinha assessoria jurídica/procuradoria para auxiliar na implementação da Lei"	Dificuldade de operar as plataformas federais	Não tinha estrutura de pessoal de atendimento presencial para distribuir recursos	Não tinha estrutura física (guichê, etc.) para implementação da Lei (pagamentos)	Não tinha recursos para montar sistema na Internet para receber propostas, contemplar, etc.	Estrutura responsável pela cultura não tinha hábito de fazer editais	Não tinha informação sobre instituições e agentes culturais no município	Não pôde divulgar	Outros	Não encontrou dificuldades
Areal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Comendador Levy Gasparian	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Engenheiro Paulo de Frontin	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Mendes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Miguel Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Paraíba do Sul	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
Paty do Alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Sapucaia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Três Rios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Vassouras	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 51 - Distribuição de recursos da Lei Aldir Blanc - Região da Costa Verde

Município	O município distribuiu recursos da Lei Aldir Blanc	Em relação aos recursos a que tinha direito, pelos critérios da Lei Aldir Blanc, o município utilizou	Os auxílios (inciso 2 e/ou inciso 3, da Lei Aldir Blanc) tiveram critérios sociais de priorização	População negra	População indígena	Mulheres	Travestis e transgêneros	"Pessoa com deficiência/ acessibilidade"	Localidades	Comunidades tradicionais	Populações vulneráveis	Outros
Angra dos Reis	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mangaratiba	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Paraty	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021

51.1 Por que o município não distribuiu recursos ou teve dificuldades para implementar a Lei Aldir Blanc?

Município	Não tinha estrutura de pessoal administrativo para implementar a Lei	"Não tinha assessoria jurídica/ procuradoria para auxiliar na implementação da Lei"	Dificuldade de operar as plataformas federais	Não tinha estrutura de pessoal de atendimento presencial para distribuir recursos	Não tinha estrutura física (guichê, etc.) para implementação da Lei (pagamentos)	Não tinha recursos para montar sistema na Internet para receber propostas, contemplar, etc.	Estrutura responsável pela cultura não tinha hábito de fazer editais	Não tinha informação sobre instituições e agentes culturais no município	Não pôde divulgar	Outros	Não encontrou dificuldades
Angra dos Reis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Mangaratiba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Paraty	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 52 - Distribuição de recursos da Lei Aldir Blanc - Região do Médio Paraíba

Município	O município distribuiu recursos da Lei Aldir Blanc	Em relação aos recursos a que tinha direito, pelos critérios da Lei Aldir Blanc, o município utilizou	Os auxílios (inciso 2 e/ou inciso 3, da Lei Aldir Blanc) tiveram critérios sociais de priorização	População negra	População indígena	Mulheres	Travestis e transgêneros	"Pessoa com deficiência/ acessibilidade"	Localidades	Comunidades tradicionais	Populações vulneráveis	Outros
Barra do Piraí	Sim	Entre 50% e 90%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barra Mansa	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Itatiaia	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Pinheiral	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piraí	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porto Real	Sim	Entre 50% e 90%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quatis	Sim	Entre 50% e 90%	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Resende	Sim	Entre 50% e 90%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Claro	Sim	Menos de 50%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio das Flores	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valença	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Volta Redonda	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



52.1 Por que o município não distribuiu recursos ou teve dificuldades para implementar a Lei Aldir Blanc?

Município	Não tinha estrutura de pessoal administrativo para implementar a Lei	"Não tinha assessoria jurídica/procuradoria para auxiliar na implementação da Lei"	Dificuldade de operar as plataformas federais	Não tinha estrutura de pessoal de atendimento presencial para distribuir recursos	Não tinha estrutura física (guichê, etc.) para implementação da Lei (pagamentos)	Não tinha recursos para montar sistema na Internet para receber propostas, contemplar, etc.	Estrutura responsável pela cultura não tinha hábito de fazer editais	Não tinha informação sobre instituições e agentes culturais no município	Não pôde divulgar	Outros	Não encontrou dificuldades
Barra do Piraí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Barra Mansa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Itatiaia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Pinheiral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Piraí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Porto Real	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Quatis	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Resende	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Rio Claro	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Rio das Flores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Valença	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Volta Redonda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 53 - Distribuição de recursos da Lei Aldir Blanc - Região Metropolitana

Município	O município distribuiu recursos da Lei Aldir Blanc	Em relação aos recursos a que tinha direito, pelos critérios da Lei Aldir Blanc, o município utilizou	Os auxílios (inciso 2 e/ou inciso 3, da Lei Aldir Blanc) tiveram critérios sociais de priorização	População negra	População indígena	Mulheres	Travestis e transgêneros	"Pessoa com deficiência/ acessibilidade"	Localidades	Comunidades tradicionais	Populações vulneráveis	Outros
Belford Roxo	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Cachoeiras de Macacu	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Duque de Caxias	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Guapimirim	Sim	Entre 50% e 90%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaboraí	Sim	Entre 50% e 90%	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Itaguaí	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Japeri	Sim	Entre 50% e 90%	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Magé	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maricá	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mesquita	Sim	Entre 50% e 90%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nilópolis	Sim	Entre 50% e 90%	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Niterói	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Nova Iguaçu	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Paracambi	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Petrópolis	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Queimados	Sim	Entre 50% e 90%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Bonito	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
São Gonçalo	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
São João de Meriti	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Seropédica	Sim	Entre 50% e 90%	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Tanguá	Sim	Menos de 50%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



53.1 Por que o município não distribuiu recursos ou teve dificuldades para implementar a Lei Aldir Blanc?

Município	Não tinha estrutura de pessoal administrativo para implementar a Lei	"Não tinha assessoria jurídica/procuradoria para auxiliar na implementação da Lei"	Dificuldade de operar as plataformas federais	Não tinha estrutura de pessoal de atendimento presencial para distribuir recursos	Não tinha estrutura física (guichê, etc.) para implementação da Lei (pagamentos)	Não tinha recursos para montar sistema na Internet para receber propostas, contemplar, etc.	Estrutura responsável pela cultura não tinha hábito de fazer editais	Não tinha informação sobre instituições e agentes culturais no município	Não pôde divulgar	Outros	Não encontrou dificuldades
Belford Roxo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Cachoeiras de Macacu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Duque de Caxias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Guapimirim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Itaboraí	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Itaguaí	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Japeri	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Magé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Maricá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Mesquita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Nilópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Niterói	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Nova Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Paracambi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Petrópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Queimados	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Rio Bonito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
São Gonçalo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
São João de Meriti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Seropédica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Tanguá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 54 - Distribuição de recursos da Lei Aldir Blanc - Região Noroeste Fluminense

Município	O município distribuiu recursos da Lei Aldir Blanc	Em relação aos recursos a que tinha direito, pelos critérios da Lei Aldir Blanc, o município utilizou	Os auxílios (inciso 2 e/ou inciso 3, da Lei Aldir Blanc) tiveram critérios sociais de priorização	População negra	População indígena	Mulheres	Travestis e transgêneros	"Pessoa com deficiência/ acessibilidade"	Localidades	Comunidades tradicionais	Populações vulneráveis	Outros
Aperibé	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bom Jesus do Itabapoana	Sim	Entre 50% e 90%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cambuci	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Italva	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaocara	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaperuna	Sim	Entre 50% e 90%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laje do Muriaé	Sim	Não sabe informar	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Miracema	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Natividade	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porciúncula	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santo Antônio de Pádua	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
São José de Ubá	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Varre-Sai	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



54.1 Por que o município não distribuiu recursos ou teve dificuldades para implementar a Lei Aldir Blanc?

Município	Não tinha estrutura de pessoal administrativo para implementar a Lei	"Não tinha assessoria jurídica/procuradoria para auxiliar na implementação da Lei"	Dificuldade de operar as plataformas federais	Não tinha estrutura de pessoal de atendimento presencial para distribuir recursos	Não tinha estrutura física (guichê, etc.) para implementação da Lei (pagamentos)	Não tinha recursos para montar sistema na Internet para receber propostas, contemplar, etc.	Estrutura responsável pela cultura não tinha hábito de fazer editais	Não tinha informação sobre instituições e agentes culturais no município	Não pôde divulgar	Outros	Não encontrou dificuldades
Aperibé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Bom Jesus do Itabapoana	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Cambuci	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Italva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Itaocara	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Itaperuna	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Laje do Muriaé	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Miracema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Natividade	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Porciúncula	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Santo Antônio de Pádua	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
São José de Ubá	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não
Varre-Sai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 55 - Distribuição de recursos da Lei Aldir Blanc - Região Norte Fluminense

Município	O município distribuiu recursos da Lei Aldir Blanc	Em relação aos recursos a que tinha direito, pelos critérios da Lei Aldir Blanc, o município utilizou	Os auxílios (inciso 2 e/ou inciso 3, da Lei Aldir Blanc) tiveram critérios sociais de priorização	População negra	População indígena	Mulheres	Travestis e transgêneros	"Pessoa com deficiência/ acessibilidade"	Localidades	Comunidades tradicionais	Populações vulneráveis	Outros
Carapebus	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos dos Goytacazes	Sim	Entre 50% e 90%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cardoso Moreira	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Conceição de Macabu	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macaé	Sim	Menos de 50%	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Quissamã	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Francisco de Itabapoana	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Fidélis	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São João da Barra	Sim	Entre 50% e 90%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



55.1 Por que o município não distribuiu recursos ou teve dificuldades para implementar a Lei Aldir Blanc?

Município	Não tinha estrutura de pessoal administrativo para implementar a Lei	"Não tinha assessoria jurídica/procuradoria para auxiliar na implementação da Lei"	Dificuldade de operar as plataformas federais	Não tinha estrutura de pessoal de atendimento presencial para distribuir recursos	Não tinha estrutura física (guichê, etc.) para implementação da Lei (pagamentos)	Não tinha recursos para montar sistema na Internet para receber propostas, contemplar, etc.	Estrutura responsável pela cultura não tinha hábito de fazer editais	Não tinha informação sobre instituições e agentes culturais no município	Não pôde divulgar	Outros	Não encontrou dificuldades
Carapebus	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Campos dos Goytacazes	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Cardoso Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Conceição de Macabu	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Macaé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Quissamã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
São Francisco de Itabapoana	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
São Fidélis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
São João da Barra	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



Tabela 56 - Distribuição de recursos da Lei Aldir Blanc - Região Serrana

Município	O município distribuiu recursos da Lei Aldir Blanc	Em relação aos recursos a que tinha direito, pelos critérios da Lei Aldir Blanc, o município utilizou	Os auxílios (inciso 2 e/ou inciso 3, da Lei Aldir Blanc) tiveram critérios sociais de priorização	População negra	População indígena	Mulheres	Travestis e transgêneros	"Pessoa com deficiência/ acessibilidade"	Localidades	Comunidades tradicionais	Populações vulneráveis	Outros
Bom Jardim	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cantagalo	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carmo	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cordeiro	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Duas Barras	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macuco	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Nova Friburgo	Sim	Entre 90% e 100%	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Santa Maria Madalena	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São José do Vale do Rio Preto	Sim	Entre 50% e 90%	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
São Sebastião do Alto	Sim	Não sabe informar	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Sumidouro	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Teresópolis	Sim	Entre 90% e 100%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trajano de Moraes	Sim	Menos de 50%	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



56.1 Por que o município não distribuiu recursos ou teve dificuldades para implementar a Lei Aldir Blanc?

Município	Não tinha estrutura de pessoal administrativo para implementar a Lei	"Não tinha assessoria jurídica/procuradoria para auxiliar na implementação da Lei"	Dificuldade de operar as plataformas federais	Não tinha estrutura de pessoal de atendimento presencial para distribuir recursos	Não tinha estrutura física (guichê, etc.) para implementação da Lei (pagamentos)	Não tinha recursos para montar sistema na Internet para receber propostas, contemplar, etc.	Estrutura responsável pela cultura não tinha hábito de fazer editais	Não tinha informação sobre instituições e agentes culturais no município	Não pôde divulgar	Outros	Não encontrou dificuldades
Bom Jardim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Cantagalo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Carmo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Cordeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Duas Barras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Macuco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Nova Friburgo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Santa Maria Madalena	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
São José do Vale do Rio Preto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
São Sebastião do Alto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Sumidouro	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Teresópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim
Trajano de Moraes	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO